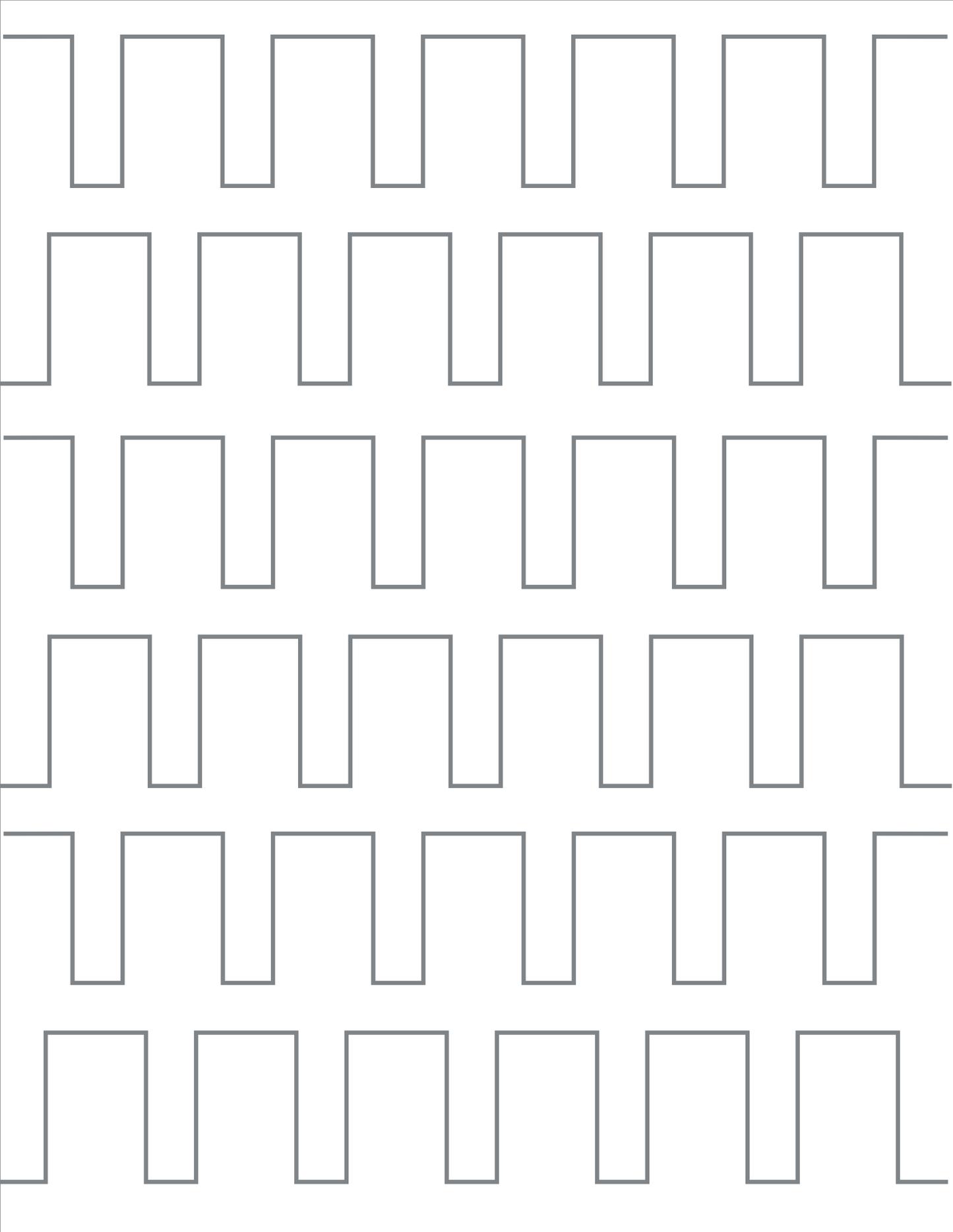


OCUPAÇÕES IRREGULARES

A FORMAÇÃO DA CIDADE ATRAVÉS DO POVO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

LIZANDRA SIQUEIRA CALDAS

OCUPAÇÕES IRREGULARES

A FORMAÇÃO DA CIDADE ATRAVÉS DO POVO

Trabalho Final de Graduação apresentada ao curso de Arquitetura e Urbanismo do Câmpus Central da Universidade Estadual de Goiás (CET-UEG) para a obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Bruno Bomfim Moreno

ANÁPOLIS-GO
MARÇO, 2022.

OCUPAÇÕES IRREGULARES: A FORMAÇÃO DA CIDADE ATRAVÉS DO POVO

Trabalho Final de Graduação apresentado à Banca Examinadora como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, do Câmpus Central da Universidade Estadual de Goiás (CET-UEG).

Aprovado (a): _____, de _____ de _____.

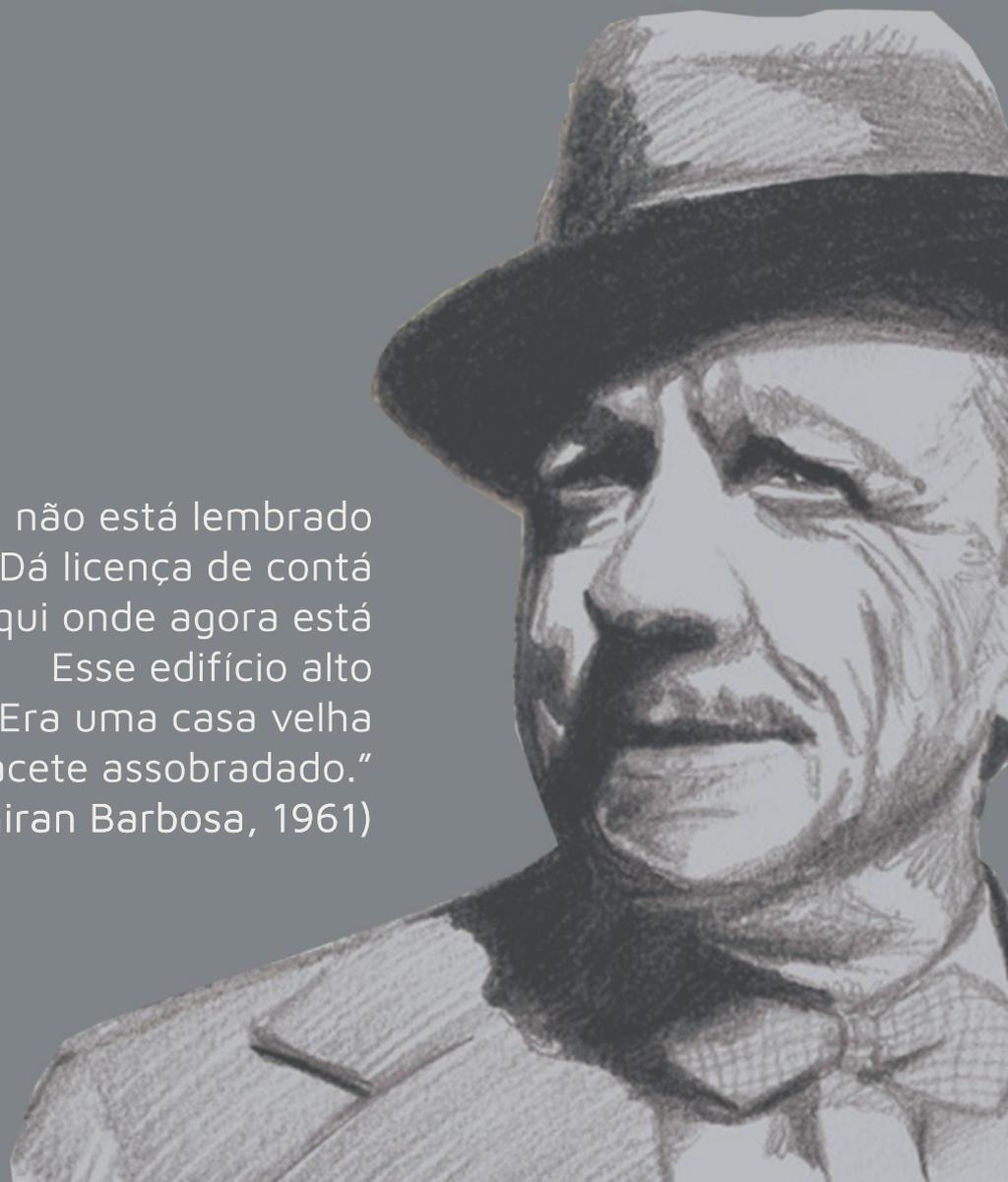
Banca examinadora

Presidente da banca

Membro instituição a que pertence

Membro instituição a que pertence

“Se o sinhô não está lembrado
Dá licença de contá
Que aqui onde agora está
Esse edifício alto
Era uma casa velha
Um palacete assobradado.”
(Adoniran Barbosa, 1961)



01 INTRODUÇÃO

O PROCESSO DE MORADIA NO BRASIL

Viver é Ocupar Espaço

As Respostas ao Descaso

02

03 O PROCESSO DE MORADIA EM GOIÂNIA UMA CAPITAL PLANEJADA

A Produção e Ocupação Urbana da
Capital

As Ações de Viés Público Para a
Expansão da Cidade

2020: Covid Como Agravante da Crise
Habitacional

MORADIA PARA OS ESQUECIDOS: ESTUDOS DE CASO

Parque Novo Santo Amaro V

Habitação Villa Verde

Projeto Cidades sem Fome

OS DE 04

05

**O POVO CONSTRÓI A
CIDADE**

A Cidade

A Ocupação Estrela D'alva

O Setor Estrela D'Alva

O Terreno

**DIRETRIZES PROJETOVAIS
URBANAS**

06

07

PROPOSTA PROJETUAL

REFERÊNCIAS

01. Introdução

Durante a vida de um estudante de arquitetura, nos deparamos com diversos problemas e que, como forma de heroísmo, pensamos ser capazes de solucionar tudo aquilo que há de mal em nosso campo de estudo. Porém, à medida que entendemos que a raiz do problema está atrelada muito mais a fatores externos do que o objeto em si, lançamos mão de estudos, de buscar formas e ferramentas para conciliar todos os fatores que nos impedem de ter uma sociedade igualitária e com acesso a moradia digna. Em nosso sistema econômico, a regra é clara “os que não podem pagar, vivem em arremedos de cidades, nas extensas e sujas “periferias” ou nas áreas centrais ditas “deterioradas”. Nestes arremedos de cidades, há inclusive aqueles que “não moram”[...]” (RODRIGUES, 1988), mas ainda assim é possível que com bons planos e articulações entre o governo, a população e a iniciativa privada combater essa distinção tão grande entre aqueles que possuem habitações de qualidade e aqueles que estão à mercê de um barraco em alguma área desocupada, Maricato (2001) inclusive relata que:

“[...] Experiências inovadoras vêm sendo praticadas, especialmente a partir do regime militar e da eleição livre para prefeitos das capitais, em governos locais democráticos e comprometidos com a justiça social. Elas permitem vislumbrar alguns acertos e algumas direções”. ((MARICATO, 2001, p. 27).

Algumas dessas experiências são discutidas no decorrer do trabalho como forma de embasamento teórico e prático de ações bem sucedidas inclusive na capital goiana. Por fim, é preciso que haja esse interesse, que exista esse olhar para essas pessoas, elas não podem ser esquecidas em um canto da cidade sem amparo do Estado, sem estar circundadas de um ambiente planejado e pensado, é preciso que as moradias em estado deplorável sejam substituídas por moradias arquitetonicamente bem planejadas, que traga o máximo de bem estar para quem já possui o árduo dia a dia como uma luta.

Este trabalho possui como principal objetivo a produção de um projeto urbano de habitação de interesse social em uma área já ocupada por famílias despejadas durante a pandemia da Covid-19, a ocupação Estrela D’Alva.

Para isso, é discutido no corpo do trabalho o processo de urbanização brasileiro, e depois trazendo foco para o estado de Goiás. Com base nos autores Rodrigues (1988); Maricato (2001); Lucas (2016); Scheid (2005) foi realizado esse traçado histórico e contextualização urbana para compreender o problema em si e poder intervir de maneira eficiente na situação habitacional das famílias da ocupação. Além disso, foram utilizadas reportagens jornalísticas e dados de organizações como o da Campanha Despejo Zero para demonstrar em números a importância da intervenção pública no contexto atual das cidades.

02. O Processo de Moradia No Brasil

2.2 Viver é Ocupar Espaço

O processo de formação das malhas urbanas no Brasil não foi democratizado excluindo assim aqueles que não faziam parte das poucas pessoas com poder aquisitivo ou de grande influência nas cidades brasileiras, resultando então no começo do processo de marginalização e formação de ocupações de vazios urbanos sem o conhecimento dos órgãos reguladores. Arlete Moysés Rodrigues (1988, p. 11) diz que “De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é uma das necessidades básicas dos indivíduos. [...] Não é possível viver sem ocupar espaço.”.

As cidades presenciaram uma grande demanda por local para abrigar a população afetada pelas novas relações de trabalho pós-abolição da escravatura no final do século XIX. O processo de industrialização que ocorreu no início do século XX também acentuou o inchaço urbano já que as pessoas saíam dos campos e trabalhos rurais para tentar conquistar seu espaço nos novos centros urbanos. A ideia de que a demanda por trabalho desses lugares era grande surte um efeito atrativo para a população brasileira recém industrializada. Rodrigues (1988) relata que no Brasil, desde 1980, 70% da população mora em cidades, concentrada principalmente nas áreas metropolitanas. Um problema que antes não existia agora era uma questão visível e não era possível mais ignorar a necessidade de tratar a questão da habitação “A chamada crise habitacional está presente sempre que se considera a capacidade de pagar dos compradores.” (RODRIGUES, 1988, p.12.).

Arlete aborda que a desigualdade socioespacial começou a desenvolver não em tempos separados em um canto ou outro das cidades, mas nelas como um todo (1988). As áreas com melhor localização, melhor servida de equipamentos públicos, com um plano de mobilidade que a atende, mais próxima do centro comercial e econômico, obtiveram preços fora da realidade do brasileiro com um salário que não custeava moradia e assim vivia a base de aluguel ou optavam pela autoconstrução em algum terreno de baixo custo, mas que fosse próximo ao trabalho. Consequentemente, aqueles que não conseguiam esses lotes ou moradias em áreas privilegiadas acabavam por sofrer exclusão da própria cidade e assim foi-se moldando as áreas segregadas do tecido urbano em formação.

Esse desenvolvimento urbano irregular resultou em diversas repostas de ocupação da população, uma delas sendo os assentamentos irregulares que começam de forma despercebida em relação as determinações urbanísticas dos planos diretores e das leis pertinentes e começam a expandir de acordo com que vai ganhando visibilidade e mais pessoas aderem a essas ocupações por falta de opção. O Poder Público que deveria intervir antes do problema se agravar, não propuseram medidas acautelatórias e preventivas para evitar a situação consolidada e caótica em que hoje se encontram os grandes centros urbanos. A consequência, como relata a doutora em direito Cintia Maria Scheid (2005), dessa falta de ação são pessoas que vivem em assentamentos urbanos informais sem possuírem garantidas as condições para uma moradia digna

Para entender melhor o contexto dessas ocupações é preciso perceber a divergência da infraestrutura entre os bairros de uma mesma cidade. O problema em questão faz com que certos espaços sejam mais interessantes financeiramente do que outros. Com isso, o interesse privado começa a sobressair em detrimento do interesse público resultando assim em mais um problema diretamente ligado ao déficit habitacional: A especulação imobiliária. Essa forma de dominação dos terrenos age conforme o desenvolvimento da cidade através da população que se estabelece as margens da cidade. Compra-se terrenos baratos por serem afastados e não possuírem estrutura pública na região, espera-se que com o tempo à medida que mais pessoas se mudem para essa área ela comece a valorizar. Muitas vezes são os primeiros moradores da região que são os pioneiros na reivindicação de estrutura digna para o local, já que usufruem do lugar como moradia e não apenas como objeto de venda. Arlete (1988) também explica esse processo de valorização da terra urbana:

Muitos loteamentos são realizados e colocados à venda, com pouca ou nenhuma infraestrutura, o que significa que de várias formas os compradores se organizam e lutam para obter os equipamentos e serviços coletivos[...]. Beneficiam, sem dúvida, aqueles que estão produzindo seu espaço, mas beneficiam principalmente aqueles que deixaram as terras vazias aguardando a “valorização”. (RODRIGUES, 1988, p. 21).

A negligência do Poder Público por décadas - e ainda hoje - acaba por ser conivente com a forma com que famílias se estabelecem precariamente na cidade. Porém, sem poder mais ignorar esse problema, começaram a ser pensados planos de política pública para amenizar o problema relacionado a habitação a fim de efetivar o direito à moradia. Com o surgimento do projeto de lei (5.788 de 1990) denominado Estatuto da Cidade (ECid) aprovado em 2001 e o estabelecimento do Plano Diretor como ferramenta fundamental para direcionar e fiscalizar o crescimento e desenvolvimento da cidade, pode-se dizer que agora era juridicamente possível combater o déficit habitacional. Como traz Scheid em seu artigo “O Direito à Moradia e à Regularização Fundiária nos Assentamentos Urbanos Informais”:

O direito à moradia foi inicialmente protegido, na esfera do direito internacional, como direito humano, através do artigo 25 da Declaração de Direitos Humanos e no artigo I do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Como direito fundamental, no ordenamento jurídico brasileiro, o direito à moradia passou a ser positivado a partir da Emenda Constitucional nº26, de 15 de fevereiro de 2000, constatando do rol dos direitos sociais previstos no artigo 6º da CF/88. (SCHEID, 2005, p.1)

Assim, podemos considerar que a cidade é moldada por fatores sociais, de acordo com o professor doutor em Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás Edinardo Rodrigues Lucas, entender os interesses por trás desses fatores são determinantes para perceber a construção da malha urbana da cidade. O Estado é o detentor das leis que regulamentam e definem a forma com que a cidade vai se desenhando, leis que podemos destacar o Estatuto das Cidades, plano diretor, planos complementares e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, em seu puro processo sem interferências individuais ou econômicas, essas leis asseguram uma cidade compromissada com a habitação acessível, respeito ao meio ambiente, inclui um plano de mobilidade que atenda toda a cidade e aparelhos públicos sem exclusão.

2.2 Respostas ao Descaso

Ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver nesse espaço. Bem ou mal, de algum modo, improvisado ou não, todos os 138 milhões de habitantes moram em cidades. (MARICATO, 2001, p. 16)

Erminia Maricato (2001) define essas construções urbanas incompletas, ilegais, sem mobilidade, sem acesso a instrumentos básicos para a sobrevivência humana (saneamento, água, luz, energia, etc.) como “não cidade” ou então “cidade informal”. Esse espaço excluído da “cidade legal” conta apenas com a necessidade de adaptação do morador, muitas vezes optando por áreas públicas, áreas com risco ambiental e/ou áreas a margem da cidade em si.

Arlete Moysés Rodrigues (1988) descreve as mais populares formas de produção de habitação pública e coletiva do final do século XIX e início do século XX, algumas ainda comuns atualmente. Algumas com investimento e interesse privado, outras como uma saída para evitar o afastamento dos centros mesmo que as custas da salubridade e também aquelas que optam pela autoconstrução.

As favelas são os meios mais antigos e populares de ocupação irregular no Brasil pós-escravocrata. O fato da abolição tardia e não ocorrer uma ruptura firme no processo de rompimento com a escravidão acabou por transformar grande parte da mão de obra escrava em trabalhador livre que agora não possuía trabalho, moradia ou alimento garantido.

Com as reformas urbanas realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, essa população viu seu espaço ainda mais tomado pelas obras de saneamento básico para a eliminação de epidemias, ao mesmo tempo que se divulgava a necessidade de um embelezamento paisagístico como demonstração de progresso para a cidade. As bases para a implantação do mercado imobiliário de cunho capitalista estavam sendo moldadas e a população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade (MARICATO 2001).

O poder público hoje, sem condição de resolver a falta de moradias e pressionado pelos moradores, mantém programas de urbanização de favelas como medidas para atenuar o choque populacional e a desigualdade social enfrentado pelos moradores dessas favelas.

No final da década de 70, a continuidade das faltas de alternativas habitacionais acaba por trazer outra forma que se tornou comum para solucionar esse problema: a ocupação de terras nas cidades. Essa é resultado de uma melhor organização entre os moradores das cidades que se unem devido a condições semelhantes de exclusão do modelo da “cidade legal”, onde há espaço somente para aqueles que possuem condições financeiras para arcar com alugueis ou comprar uma casa/terreno.

Essas ocupações também são iniciadas com construções arcaicas, assim como as favelas, muitas sendo de madeira, lona até conseguir doações ou organizar ajudas coletivas e assim iniciar as construções com alvenaria comum. Diferentemente das favelas, essas ocupações começam com a união de grupos de pessoas e famílias em busca de uma área para instalar-se, o processo de “mutirão” é comum nessas organizações onde o auxílio ao próximo em situação semelhante à sua é essencial (RODRIGUES, 1988).

Os vazios urbanos tão visíveis nas grandes cidades como fruto das especulações imobiliárias ou então áreas de propriedade públicas são os alvos principais desses grupos. A intenção é ocupar e de certa forma urbanizar aquele espaço, aliás, mesmo de forma não convencional burocraticamente falando, ocupar espaço e dar um uso para ele é também o começo de uma urbanização por parte da própria população. Com o tempo e a organização das pessoas das ocupações, elas vão conquistando o acesso a água tratada, luz, energia. Assim, vemos a expansão urbana sendo realizada pelos próprios habitantes.

Em relação as ocupações e habitações coletivas que se espalhava pelas grandes cidades, Rodrigues (2001) ressalta o desenvolvimento de um projeto destinado a remoção dessas áreas: o projeto CURA – Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada – financiados pelo BNH – Banco Nacional de Habitação. O objetivo principal é a renovação urbana realizada pelo projeto que permitiu a “revalorização” em terreno caro, setores valorizados que estavam de certa forma degradados. Entretanto, esse processo acaba por resultar em uma forma não explícita de remoção das pessoas que antes ali habitavam pelo elevado preço dos aluguéis, tornando impossível o acesso da massa proletarizada.

Por fim, é possível constatar que o estabelecimento dessas formas construtivas acaba por gerar um parasitismo social onde são assentadas na cidade mesmo sem respaldo legal. Erminia Maricato relata este fenômeno como:

Uma gigantesca construção de cidades, parte dela feita de forma ilegal, sem participação dos governos, sem recursos técnicos e financeiros significativos, ou seja, trata-se de um imenso empreendimento bastante descapitalizado e construído com técnicas arcaicas, fora do mercado formal. (MARICATO, p.37, 2001).

03. O PROCESSO DE MORADIA EM GOIÂNIA UMA CAPITAL PLANEJADA.

3.1 A PRODUÇÃO E OCUPAÇÃO URBANA DA CAPITAL.

O processo de expansão de Goiânia desde sua fundação mostrava sua fragilidade no planejamento em relação ao projeto de interesse público e social. O crescimento urbano acelerado e irregular foi marcado por acréscimos populacionais intensos que fizeram com que a cidade desenvolvesse novas regiões não previstas no plano urbanístico original (LUCAS, 2016). A quantidade de loteamentos clandestinos que cerca a cidade nos pontos mais distantes da malha urbana central concretiza o processo de periferação da cidade. É perceptível que não houvera preocupação com o aumento populacional e conseqüentemente do processo de expansão dos limites da capital.

Goiânia foi uma cidade privilegiada. Até certo ponto planejada, pensada e estruturada para ser uma cidade cômoda e bem sucedida. Porém à medida que a cidade crescia, o seu projeto pioneiro foi-se diluindo e a necessidade de habitar da população excluída do plano primordial passaram a guiar a extensão da malha urbana que se desenhava. Para Rodrigues (1988) “[...] o urbano não é uma realidade acabada, mas um horizonte de transformações territoriais, sociais, políticas e econômicas que se difunde em fluxos materiais e imateriais” definição que se encaixa quando pensarmos na formação de Goiânia como a conhecemos hoje.

De fato, o Estado mostrou-se presente no plano original da cidade desenhado por Atílio Correia Lima (1933-5) e Armando de Godoy (1936-8), construindo habitações acessíveis com financiamento como forma de atrair a população para aquelas terras. Com a Marcha para o Oeste encabeçada por Getúlio Vargas, havia a necessidade de uma capital devidamente urbanizada, isto é, com um paisagismo, ruas, quadras, enfim, um modelo de viés modernista, que estava vinculada ao pensamento de progresso.

O traçado urbano de Goiânia tinha como prioridade um núcleo central para 15 mil habitantes e o traçado restante que se formasse através desse núcleo para abrigar mais 50 mil. O projeto que dividia a cidade em partes desenvolveu os setores: central, norte, sul e leste, que seriam organizadas de formas residenciais, administrativas, comerciais, industriais, espaços livres, aeroporto e estação ferroviária (LUCAS, 2016).

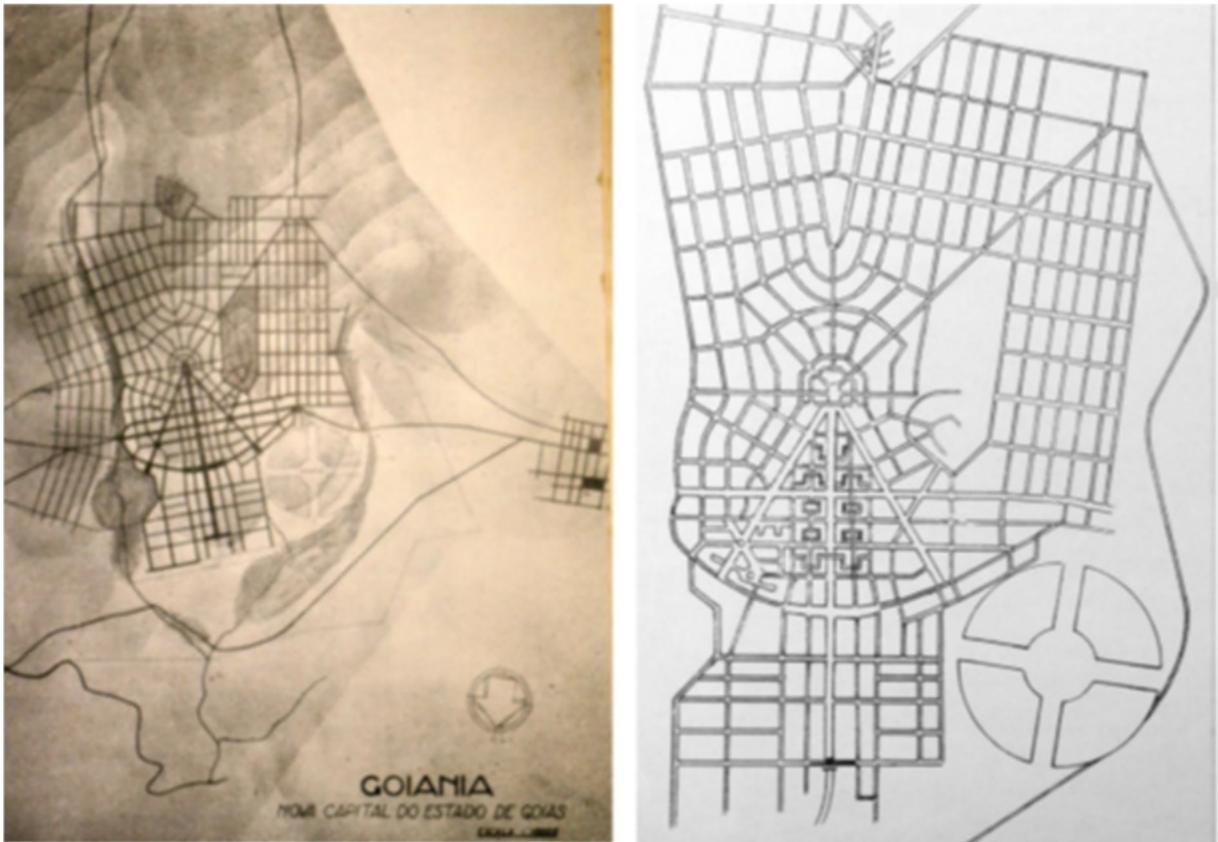


Fig. 01: Projeto de Goiânia pelo arquiteto urbanista Attilio Correa Lima. Fonte: IBGE, 1942.

A necessidade de povoar o território fez com que começasse a produzir habitações para os servidores públicos como forma de atrair moradores para a cidade. O interesse por trás não era para tratar a habitação como uma questão social, mas sim como forma de consolidar a cidade que estava prestes a se formar.

Ainda sobre o começo da urbanização goianiense, é possível constatar a falta de políticas sociais para a população que ia para a nova capital a procura de melhoria de vida, melhores condições de trabalho, essa demanda acabara por produzir uma cidade marginal como aponta Lucas (2016). Devido a esse conflito e a falta de programas específicos para essa parcela da população, o surgimento de ocupações compostas de pessoas sem emprego ou subempregadas estava se tornando cada vez mais comum na nova capital. “Era um problema social resultante da ideia de grandes oportunidades. [...] O plano ignorou algo que já era perceptível: a quantidade de ocupações e a necessidade de programas específicos para essa parcela da população ainda não atendida.” (LUCAS, 2016, p. 65).

Mesmo com investimentos dos IAPs se espalhando pelo centro da cidade e outra parte da expansão territorial sendo incorporada ao mapa urbano, a parcela da população que residia em galpões e barracões de alojamentos provisórios nas áreas públicas na vila Operária e nas margens do córrego Areião ainda via seu direito a cidade sendo renegado, como Moraes (2003, p. 15 apud. LUCAS, p.75, 2016) ressalta houve a produção de duas cidades – a cidade projetada e a cidade periférica. Porém, com as pressões sociais, o Estado teve de ceder e ignorar o plano de urbanização vigente em prol de formas de incluir essa população que já fazia parte da cidade, porém ainda de forma excludente (LUCAS, 2016).

3.2. As Ações de Viés Público Para a Expansão da Cidade

Com a pressão popular cada vez maior, o poder público de Goiânia se viu obrigada a articular formas de arrumar essa “ponta solta” que o projeto original da cidade deixou. Para isso, criou-se em 1965 a Companhia de Habitação Popular de Goiânia (COHAB-Goiânia) que tinha o desafio de criar conjuntos detentores da expansão urbana da cidade. Os projetos de habitação social guiavam para onde a cidade iria se expandir antes mesmo do plano urbano ser elaborado. Lucas (2016) aponta que houve orientação para distribuir infraestrutura e valorizar terras vizinhas.

A Vila União foi um dos diversos projetos comandados pela COHAB-Goiânia e que podemos considerar que rendeu o que se era esperado. O loteamento foi planejado com áreas muito bem definidas e de objetivos específicos como áreas comerciais, de lazer, comunitárias e particulares. Em seu trabalho, Lucas (2016) ainda caracteriza esse conjunto pela qualidade de seu desenho “cria unidades de vizinha e se expressa em três pontos principais: setorização clara das atividades, boa hierarquização das ruas e sistemas de áreas públicas (equipamentos e áreas verdes) com distribuição por todo o conjunto.”

Mesmo com o projeto bem sucedido da Vila União, ainda havia um déficit alto de habitação na cidade principalmente em relação a pessoas de baixa renda. Com isso, era comum o atrelamento político a soluções imediatistas para conseguir adesão e aceitação por parte dessa população. Em 1980, o governador Íris Resende norteou uma proposta “milagrosa” para a cidade, o objetivo de construir mil casas em apenas um dia. É claro que, como sabemos, é impossível construir e entregar casas com projetos bem elaborados de infraestrutura, de qualidade arquitetônica e urbana considerável. O modelo da Vila Mutirão se mostrou “monótono, repetitivo, de baixa qualidade arquitetônica, urbana e ambiental” (LUCAS, 2016) porém, teve sua aceitação popular e espalhou-se por todo o estado. A região onde foi instalado a vila Mutirão não havia nenhum preparo urbana para recebe-la porem eram onde possuíam terras baratas e economia e agilidade pareciam ser os únicos critérios de construção ali presente.

O traçado urbano de Goiânia tinha como prioridade um núcleo central para 15 mil habitantes e o traçado restante que se formasse através desse núcleo para abrigar mais 50 mil. O projeto que dividia a cidade em partes desenvolveu os setores: central, norte, sul e leste, que seriam organizadas de formas residenciais, administrativas, comerciais, industriais, espaços livres, aeroporto e estação ferroviária (LUCAS, 2016).

A necessidade de diminuir o valor do empreendimento fez com que todos os projetos fossem feitos nas franjas da cidade. Isso prejudicou o plano urbano e as comunidades atendidas. [...] “[...] comprometem gravemente a possibilidade de melhoria social das famílias, à medidas que são lugares ermos, carentes de possibilidade de trabalho, emprego, cultura, lazer e educação”. Os projetos pouco evoluíram na reflexão sobre a inserção urbana e o projeto habitacional.” (LUCAS, 2016, P. 92).

Onde antes as famílias se alojavam, após a desocupação não se propôs a cumprir sua função social. Atualmente, um empreendimento de grande porte agora ocupa cerca de 1,2 milhões de metros quadrados no Parque Oeste Industrial. Com apartamentos voltados para a classe média e outros dois condomínios em construção, além disso, vários comércios e até um motel é possível encontrar nessa região.

A distância entre o local onde as famílias foram desocupadas e onde foram criadas habitações para realocação (Residencial Real Conquista) são separados por 21 quilômetros, mas unidas por essa trágica história. De acordo com o artigo “15 anos depois da desocupação do Parque Oeste Industrial”, no total, o bairro possui hoje 2 mil casas, porém somente 464 escrituras foram entregues.



Fig. 02: Mulheres da antiga ocupação Parques Oeste Industrial recebem suas escrituras do Residencial Real Conquista. Fonte: MaisGoias, 2020.



Traçado urbanístico da etapa 01
(arquivo Jadir Mendonça)



GOIAS - der 1000 hus ble reist på dugnad på en dag!

Manchete de um jornal suíço: Goiás - 1000 casas foram erguidas voluntariamente em um dia' (arquivo Aimiri Jardim Filho)



Em primeiro plano a Vila mutirão II e ao fundo a primeira etapa - Foto: Jadir Lima



Rua na Vila Mutirão - Foto: Roberto Cintra



Planta da casa da 2ª etapa da Vila Mutirão que trazia algumas melhorias, como a inclusão do banheiro.

Fonte: Codeg

Fig. 04: Vila Mutirão: repetição e monotonia. Fonte: FREITAS, 2001, p.29/82; 118; 82; 120.

3.3. 2020: COVID COMO AGRAVANTE DA CRISE HABITACIONAL

A moradia de aluguel já foi, no início do século, a forma de provisão de habitação predominante entre a classe trabalhadora. O fato dessa forma declinar sensivelmente durante o século XX e XXI está relacionado a aspectos de legislação específica e aspectos macroeconômicos ligados à atratividade dos investimentos. O congelamento dos aluguéis definido em lei federal na década de 1930 desestimulou o investimento privado no setor. A autoconstrução em loteamentos ilegais nas periferias urbanas e os domicílios em favelas tornaram-se prioridade para a habitação dos trabalhadores e da população pobre de um modo geral, durante todo período de industrialização, a partir de 1930 (MARICATO, p. 131. 2001).

Em 2020, nos deparamos com algo nunca vivenciado por nossa geração, a pandemia da Covid-19 trouxe além de tragédias e percas, um colapso na economia brasileira, que já se encontrava fragilizada não só economicamente como politicamente. Com isso, pode-se notar o agravamento relacionado a problemática da crise habitacional uma vez que a necessidade de intervenção de um órgão regulador com métodos de contenção de despejos e a manutenção do trabalhador em seus locais de trabalho com novas regras de segurança pública para conseguir passar essa situação sem agravar o desemprego e a inflação. A falta de atitude em relação ao combate do próprio vírus acabou resultando em uma ruptura da saúde pública, privada e também da economia nacional.

A organização denominada Campanha Nacional Despejo Zero, responsável por articular mais de 100 organizações da sociedade civil em prol de enfrentar o crescente número de despejos no país, traz números alarmantes de famílias sob ameaça de despejo. Desde o início da pandemia o número de despejos amentou 260% de acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Em novembro de 2021 o levantamento chegava a 120 mil famílias – dado nacional – estando Goiás entre um dos principais estados com a situação crítica, possuindo 2.975 famílias ameaçadas atrás dos estados de São Paulo (39.295), Amazonas (29.195), Pernambuco (14.818), Paraíba (9.973), Paraná (3.571), Rio de Janeiro (3.527) e Rio Grande do Sul (3410).

Busca por moradia

Ocupações da Região Metropolitana de Goiânia em números e características



	TEMPO	MORADORES	ESTRUTURA	SITUAÇÃO	
1	Vila Delfiore	3 anos	600 famílias (2,4 mil pessoas)	Casas de lona, madeira e alvenaria	Em processo de regularização
2	Solar Ville	10 meses	40 famílias (200 pessoas)	Casas de lona, madeira e alvenaria	Indefinida
3	Comunidade Norberto Teixeira	5 anos	500 famílias (2 mil pessoas)	Maioria de alvenaria, mas ainda há casas de lona e madeira	Em processo de regularização
4	Parque Santa Rita	8 anos	200 famílias (800 pessoas)	Maioria de alvenaria, mas ainda há casas de lona e madeira	Indefinida
5	Bairro Independências Mansões	7 meses	56 famílias (289 pessoas)	Casas de lona e madeira	Indefinida após duas tentativas de desocupação
6	Conjunto Vera Cruz	2 anos	35 famílias (140 pessoas)	Casas de lona e madeira	Indefinida
7	Estrela Dalva	7 meses	230 famílias (800 pessoas)	Casas de lona, madeira e de alvenaria	Indefinida após tentativa de desocupação
8	Residencial Antônio Carlos Pires	-	23 famílias (92 pessoas)	Casas de alvenaria	Indefinida
9	Novo Mundo	13 anos	383 famílias (1.532 pessoas)	Casas de madeira e alvenaria	Indefinida
10	Parque dos Eucaliptos	-	4 famílias (16 pessoas)	Casas de madeira e alvenaria	Indefinida
11	Residencial São Marcos	-	15 famílias (60 pessoas)	Casas de madeira e alvenaria	Indefinida
12	Norte Ferroviário	-	4 famílias (16 pessoas)	Casas de madeira e alvenaria	Indefinida
13	Tremendão	-	9 famílias (25 pessoas)	Casas de madeira e alvenaria	Indefinida
14	Parque Amazônia	-	15 famílias (60 pessoas)	Casas de madeira e alvenaria	Indefinida
15	Vale do Sol	1 ano	50 famílias (200 pessoas)	Casas de lona e madeira	Indefinida
16	Jardim Paraíso	-	8 famílias (20 pessoas)	Casas de lona e madeira	Indefinida
17	Terezópolis	1 ano	140 famílias (700 pessoas)	Casas de lona, madeira e de alvenaria	Indefinida

Fonte: Lideranças das ocupações ouvidas pelo POPULAR

Fig. 05: Tabela de dados sobre as ocupações irregulares e despejos em Goiânia. Fonte: Jornal O Popular, 2021.

Apesar de determinação temporária do Ministro do STF, Luís Roberto Barroso, no âmbito da ADPF 828 que garante a impossibilidade durante o prazo estipulado de “medidas administrativas ou judiciais que resultem em despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegração de posse de natureza coletiva em imóveis que sirvam de moradia ou que representem área produtiva pelo trabalho individual ou familiar de populações vulneráveis”, moradores de ocupações irregulares alegam tentativas de despejo e ameaças.

Segundo dados do Ipea, 88% das famílias que compõem o déficit habitacional brasileiro possuem renda familiar de até três salários mínimos, a maioria não chegando nem a isso como relata Sebastiana Pereira de Jesus Charles, de 61 anos, em uma reportagem realizada pelo Jornal “O Popular” em 12 de dezembro de 2021, ela alega ter ficado desempregada devido a pandemia da Covid-19 pois era diarista e viu sua renda cair sem nenhum apoio econômico por parte do governo. Sebastiana vive com apenas R\$ 150 por mês e se tornou uma das 2,100 pessoas que passaram a morar em áreas de ocupações irregulares só nos últimos dois anos.

A gravidade da problemática relacionada a crise habitacional é resultado de décadas de desenvolvimento urbano irregular e descaso por parte dos órgãos públicos que deveriam planejar a urbanização dos grandes centros urbanos visto que “no Brasil, desde 1980, 70% da população mora em cidades, concentradas principalmente nas áreas metropolitanas” como constata Arlete Moysés Rodrigues doutora em Ciências sociais e Geografia. Ao mesmo tempo em que esses assentamentos se estabeleceram de forma bruta, ignorando determinações urbanísticas dos planos diretores e das leis de parcelamento do solo (como as leis 6.766/79 editada pela lei 9.785/99), o Poder Público não se prontificou em atuar para neutralizar de forma preventiva a situação consolidada e caótica dos grandes centros urbanos atuais. A consequência da negligência pública são pessoas vivendo em assentamentos informais pois não foram garantidas as condições para uma moradia digna.

Para obter resultados satisfatórios das ações públicas, é necessário que o equilíbrio econômico funcione com um interventor ao qual está atrelado o papel do Estado em cotar essas tributações e poder garantir qualidade de vida para todos. A presença de assentamentos irregulares e informais deixa nítido o quão falho essa ferramenta democrática se mostrou nos últimos anos, e muitas vezes, se tornando o próprio agente causador das piores como foi o caso da desocupação do Parque Oeste Industrial, em Goiânia no ano de 2005, onde há relatos de brutalidade policial e até mortes. A solução óbvia é que as forças públicas tomem iniciativas para produção de moradias dignas para as pessoas a margem do sistema econômico vigente.

Por fim, é possível perceber o conflito existente entre o grande número de vazios urbanos em Goiânia e o grande número de pessoas em ocupações irregulares ou em situação de rua ficou ainda mais nítido com estudos para a proposta do novo Plano Diretor da cidade, que já passou pela Comissão Mista da Câmara de Vereadores de Goiânia. Cálculos com base no Anexo XIV do projeto de lei que atualiza o Plano Diretor de Goiânia consta 100 mil lotes vagos na cidade. Quando comparado ao número de pessoas que precisam de moradias nota-se que é possível com os espaços já existentes na cidade, suprir essa demanda.



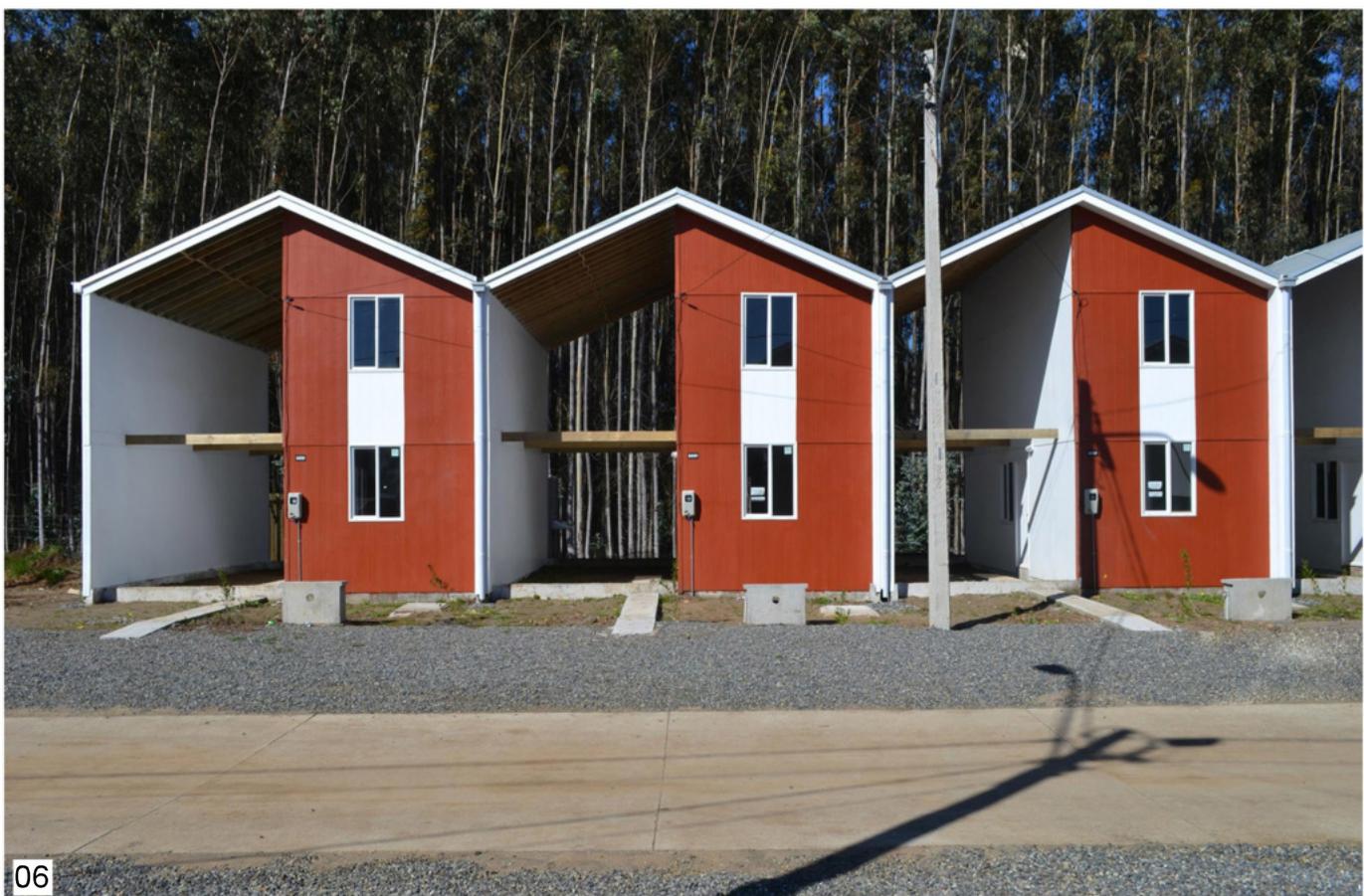
“MINHA MALOCA, A MAIS LINDA QUE EU JÁ VI
HOJE ESTÁ LEGALIZADA NINGUÉM PODE DEMOLIR
MINHA MALOCA A MAIS LINDA DESTE MUNDO
OFEREÇO AOS VAGABUNDOS
QUE NÃO TÊM ONDE DORMIR.”
(ADONIRAN BARBOSA, 1964)

04. Moradia para os Esquecidos: Estudos de Caso

4.2. Habitação Villa Verde

O conjunto de habitações localizadas em Constitución, região do Maule no Chile, para a Villa Verde e construído em 2010, surgiu a partir de uma parceria entre a iniciativa privada e o poder público. Projetada pelo arquiteto chileno Alejandro Aravena, que é sócio fundador do escritório Elemental, o projeto foi desenvolvido através da necessidade da empresa disponibilizar moradias próximas para seus empregados, havendo assim um objetivo em comum tanto privado quanto público: A conquista da casa própria e e que seriam construídas pela atual política habitacional chilena “Se tratava de um conjunto habitacional destinado a trabalhadores de uma empresa privada que visava, com um orçamento pré-determinado, contribuir para que seus funcionários conseguissem a casa própria” (ELEMENTAL, 2016).

Aravena utilizou do formato popularmente conhecido da “casa” para desenvolver seu projeto baseando-se não apenas em qualidade construtiva e estética, mas também no princípio de habitação evolutiva, ou flexível, apresentando somente uma metade construída uma das águas do telhado, sua continuidade permanecia com o vão livre, para que o morador pudesse investir na casa a medida que conseguisse o valor necessário e deixá-la conforme sua condição e gosto.



06



Fig. 06: Fachada das habitações ficando visível a metade da casa disponível para o morador expandir conforme sua condição e tempo. **Fig. 07:** Pátio do conjunto habitacional permitindo o encontro entre os moradores e garantindo uma vizinhança integrada. **Fig. 08:** Vista do local onde as habitações estão inseridas permitindo visualizar o entorno imediato e relevo. Fonte: ArchDaily, 2010.



O projeto traz em si, o pensamento de se não podemos investir bons materiais, vamos investir arduamente em qualidade estrutural, arquitetônica e projetual em apenas uma das metades, para que assim a população tenha acesso a essas moradias.

Essa proposta vai objetivamente contra as construções em larga escala de habitação social, com um projeto padronizado sem a abertura de espaço para adaptações de acordo com o gosto do usuário. Tais modelos, com pouca qualidade construtiva, arquitetônica e que deixam as diferenças e individualidades de lado, aparentam ter virado norma de reprodução em massa.

As casas com capacidade de expansão, possuem uma disposição de ambientes simples com uma cozinha e banheiro no primeiro pavimento e dois quartos no segundo porém, bem articulados de forma a possibilitar a expansão para a outra metade da casa quando o morador tiver condições de expandi-la. As casas apesar de alocadas uma ao lado da outra, parecem não ser uma condição negativa para os habitantes visto que, muitos já eram vizinhos onde antes habitavam.

A solução proposta pela Elemental, faz com que essas habitações não percam seu valor e conseqüentemente se torne um bem para a pessoa que o está habitando, gerando assim, o interesse instintivo de cuidar do imóvel e valorizá-lo. O proprietário que desejar se mudar poderá vender a casa com o valor da expansão agregado e assim, para além de uma habitação social passa a ser um investimento público onde há também o retorno financeiro escalonado.

Pensando na planta e disposição dos projetos habitacionais, a solução arquitetônica se faz presente de modo bem perceptível. De fato, quando olhamos para a relação espaço do solo disponível x número de famílias que aquele espaço suporta, chegamos na solução tipológica seriada, casas com dois pavimentos alocadas uma geminada a outra mas, essa solução aplicada de modo ineficiente deixa o espaço sem luz e sem ventilação. A Ravena projeta o espaço de modo a suprir essa erradicação de luz e ventilação, mesmo que o usuário expanda a casa, a forma como as mesmas são alocadas no terreno permite essa permeabilização através da área comum dentro do projeto. Então, além de um projeto residencial, é também um projeto urbano, já que organiza todo o espaço de forma a gerar uma comunidade de acordo com o bairro inserido.

Por se tratar de uma comunidade habitacional, a ideia de até onde vai o público, o privado e o compartilhado se torna presente. Ao pensar o pátio interno, a proposta já pré-determina onde se dará a convivência dessa vizinhança unida pelo passado difícil e que agora compartilham um lugar seguro e que possibilita uma vida digna



Fig. 09: Planta baixa térreo com proposta de ampliação. Fonte: ArchDaily, 2010.

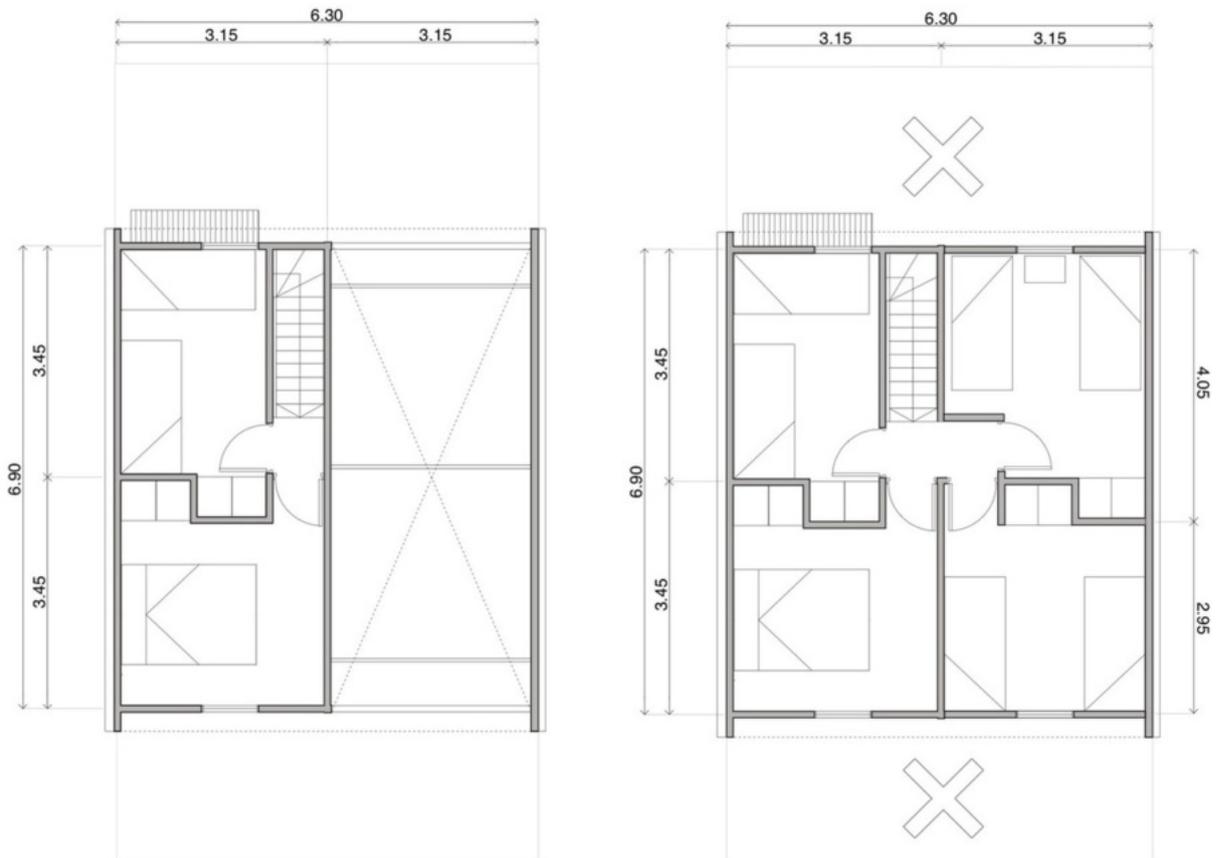


Fig. 10: Planta baixa superior com proposta de ampliação. Fonte: ArchDaily, 2010.

4.2. Residencial Parque Novo Santo Amaro V

O conjunto habitacional Parque Novo Santo Amaro V está localizado em uma comunidade no distrito Jardim Ângela, zona sul do município de São Paulo, inserida em Área de Proteção dos Mananciais da Represa Guarapiranga. O contexto do projeto envolve além de questões de políticas de cunho social, políticas relacionadas ao meio ambiente como relatam as autoras Thaís Sales Gonçalves, Nathália da Mata Mazzonetto Pinto e Carmem Campos Pereira no artigo para o XVIII ENANPUR “o projeto foi viabilizado devido à Legislação Específica da Guarapiranga, que passou a permitir assentamentos já existentes no entorno da represa” (Gonçalves, Pinto e Pereira, 2019, p. 3). Além disso, a região é caracterizada pelas ocupações irregulares, a falta de infraestrutura e de lazer. Essa região sofreu arduamente a urbanização na cidade de São Paulo por conta da industrialização no séc. XX, o aumento populacional resultou no adensamento e invasões dessa área.

O projeto se localiza em região de vale com curso d’água central, o qual foi valorizado na intervenção, antes esse curso d’água recebia esgoto ao ar livre. O terreno onde a construção está implantada apresenta grande declividade. É perceptível no contexto a falta de vegetação nativa e de equipamentos públicos. As





Fig. 11 e 12 Vistas do contraste entre a construção e a favela.
 Fonte: ArchDaily, 2010.



Fig. 12: Pátio do conjunto habitacional permitindo o encontro entre os moradores e garantindo uma vizinhança integrada.
Fig. 13: Vista do local onde as habitações estão inseridas permitindo visualizar o entorno imediato e relevo.
 Fonte: ArchDaily, 2010.



travessias eram dificultadas devido ao desnível do local e a presença do manancial, as crianças precisavam atravessar em pontes improvisadas para chegar a escola do outro lado do vale (Gonçalves, Pinto e Pereira, 2019).

A proposta interventiva para a área incluiu a remoção de edificações de acordo com critérios de risco e dificuldade de implantação de rede de esgotamento sanitário, de acordo com Gonçalves, Pinto e Pereira (2019) foram o total de 210 habitações removidas retiradas, quase 54% do total de domicílios existentes.

Além disso, o projeto previa um parque linear ao longo do curso d'água existente no local de forma que o conjunto seria estruturado com base nele. O escritório utilizou dessa condição para criar espelho d'água com água limpa da nascente, proporcionando recuperação paisagística na área.

A habitação conta com 201 unidades habitacionais com 11 tipologias que variam entre 52,5m² a 765m², o projeto possui também um clube, associação de moradores, uma Escola Estadual e um campo de futebol que já existia no local e era valorizado pela comunidade. As vias e conexões receberam especial atenção no projeto, sendo projetada uma via que se estende por todo o projeto funcionando como passeio do parque, além de passarelas que conectam os dois lados da encosta, solucionando assim a dificuldade de travessia.

Para obter uma integração bem sucedida com o entorno, optou-se por adotar a topografia e o córrego Embu-Mirim, elementos enfatizados no processo projetual, a construção, por se adequar ao terreno, permite observar o contraste entre as preexistências do local e as habitações removidas, a fim de se ter uma comparação entre o antes e o proposto. Em relação ao arquitetônico, o escritório adotou blocos habitacionais dispostos de forma linear seguindo o desenho das vias do entorno permitindo melhor acesso aos blocos e mantendo o campo de futebol.

Em relação ao espaço público, Gonçalves, Pinto e Pereira (2019) trazem os dados onde a área ocupada do projeto (3.813,37m²) corresponde a apenas 18,55% da área total do projeto (20.548,74m²), ficando nítida a relevância das áreas livres e coletivas (16.735,37m²) na composição. "Habitação e espaço público estabelecem relações de interdependência e hierarquias, e o vazio assume uma importância relevante na ocupação" (Gonçalves, Pinto e Pereira, 2019). A volumetria das fachadas permitem perceber como o edifício habitacional abraça o espaço coletivo interior.

Por fim, a permeabilidade imposta no projeto é além de visual, física. Quanto maior o número de acessos, maior é a permeabilidade por aquela habitação, maximizando assim, as possibilidades de escolha e de desenvolvimento de atividades ao longo de seus limites, transformando o projeto para além de uma ferramenta social, um importante ponto de acessos da população da região.



Fig. 17: Vista superior da implantação do conjunto Parque Santo Amaro V. Fonte: ArchDaily, 2010.



Fig. 18: Planta baixa de situação e implantação. Fonte: ArchDaily, 2010.



Fig. 19: Corte Longitudinal de implantação no terreno. Fonte: ArchDaily, 2010.

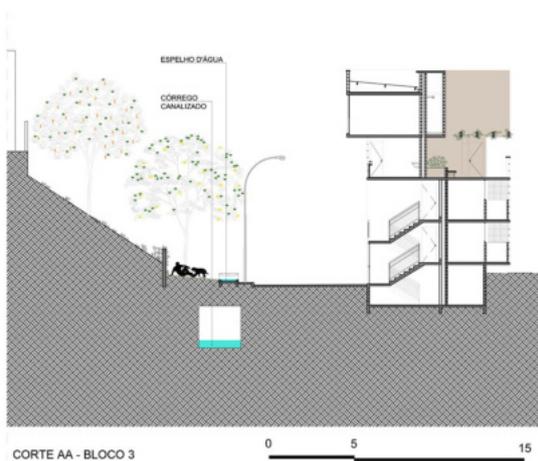


Fig. 20: Corte AA. Fonte: ArchDaily, 2010.



Fig. 21: Corte BB. Fonte: ArchDaily, 2010.

4.3. Cidades Sem Fome

O projeto Cidades Sem Fome realizado pela organização de mesmo nome, propõe uma intervenção combinada com a população local para o uso de terrenos públicos e particulares ociosos em comunidades na Zona Leste de São Paulo. As hortas comunitárias introduzem uma atividade que, além de cumprir seu objetivo de alimentação, gera renda às famílias envolvidas e modifica a paisagem, criando espaços verdes que compõem a paisagem do local.

“A região, conhecida pela vulnerabilidade e pela carência de suas comunidades, visa melhorar a precária situação de habitantes através de projetos sustentáveis de agricultura urbana, baseados em processos de produção orgânica.” (**CIDADES SEM FOME**, 2004. Disponível em: <<https://cidadessemfome.org/>>. Acesso: 9 de março de 2022)

A transformação do terreno antes ocioso em horta tem impacto na vida nas ruas e vielas da comunidade: objetos simples como ferramentas de transporte da colheita e cultivo das hortas ativam os espaços de passagem com novas atividades.

A potencialidade local observada na zona que sofreu essa intervenção foi o vazio infraestrutural, o terreno sem uso no percurso de oleoduto da Petrobras. Por esse motivo, utilizaram esse espaço que, basicamente, atravessa a Zona Leste proporcionando também interligação entre os moradores da região.

O local configura-se em uma comunidade de alta densidade construída com tipologias mistas e sobrepostas ainda assim é possível observar a falta de espaços verdes e práticas coletivas. A inserção de um jardim comunitário resulta em diversas ações, articulando objetos existentes nos espaços adjacentes que, até então servia apenas com a única função de passagem.

As ações apropriadas pela organização foram identificar esses vazios, plantar hortas, pensar a possibilidade de aproveitar à sombra as árvores, resultando em um ambiente agradável e de uso coletivo para a comunidade local. Por serem localizadas próximas as moradias, o fácil transporte da colheita ajuda na manutenção dos comerciantes, que muitas vezes, utiliza a própria moradia como local para comercializar a produção. Além disso, o resultado para a contemplação da vista é notável. Antes vazio, apenas um amontoado de terra sem intervenções, sem possibilidade de uso agora é um espaço de socialização em grupo, conversas e maior interação entre os moradores local.

Por fim, o novo equipamento inserido no local até então sem uso, cria um novo objeto de referência impactando as ruas e vielas adjacentes na comunidade, transformando espaços de passagem em lugares de contato. Os vizinhos acabam envolvidos através da produção, estimulando práticas coletivas.

Fig. X: Horta comunitária no Bairro de Sao Mateus, zona leste de São Paulo.
Fonte: Plantproject, 2020.



05. O Povo Constrói a Cidade

5.1. A Cidade

“[...]A pesquisa demonstrava que trabalhadores rurais, por falta de acesso à terra e a condições de trabalho, se refugiavam na periferia das cidades, agravando os problemas sociais como o acesso a moradia digna, ao mercado formal de trabalho, à educação, à cultura e à serviços básicos de saúde.”

(LUCAS, 2016)

A capital projetada por Atílio Correa Lima (1933-6) e Armando de Godoy (1936-8) sob a sombra da modernidade, traz em si problemas de desenvolvimento urbano até hoje não solucionados. A região de noroeste, foco do trabalho, é destacada por apresentar vários problemas de loteamentos irregulares, marcados pela deficiência administrativa de aparatos públicos (RAMOS e NUNES, 2018).

O adensamento populacional da cidade de Goiânia, resultou em problemas de informalidade da posse da terra devido o processo de expansão de novas moradias em regiões de assentamentos não legalizados.

O embate entre latifundiários, o Estado, as indústrias da construção civil e as grandes corporações imobiliárias batem de frente com os grupos sociais dos excluídos. Assim, a irregularidade dos assentamentos urbanos na capital, é cada vez mais fixada pela população carente que é incapaz de ostentar todos os custos de um lote regularizado.

Com esse contexto, nota-se o porque das áreas na franja da cidade, principalmente na região Norte e Noroeste, é comum encontrar ocupações irregulares. O adensamento desenfreado resultou em transformações profundas no espaço urbano da cidade de Goiânia. Vale ressaltar que, em seu planejamento inicial, previa-se um crescimento organizado e lento, obedecendo ao traçado urbanístico original, o que pode-se ver, não ocorreu.

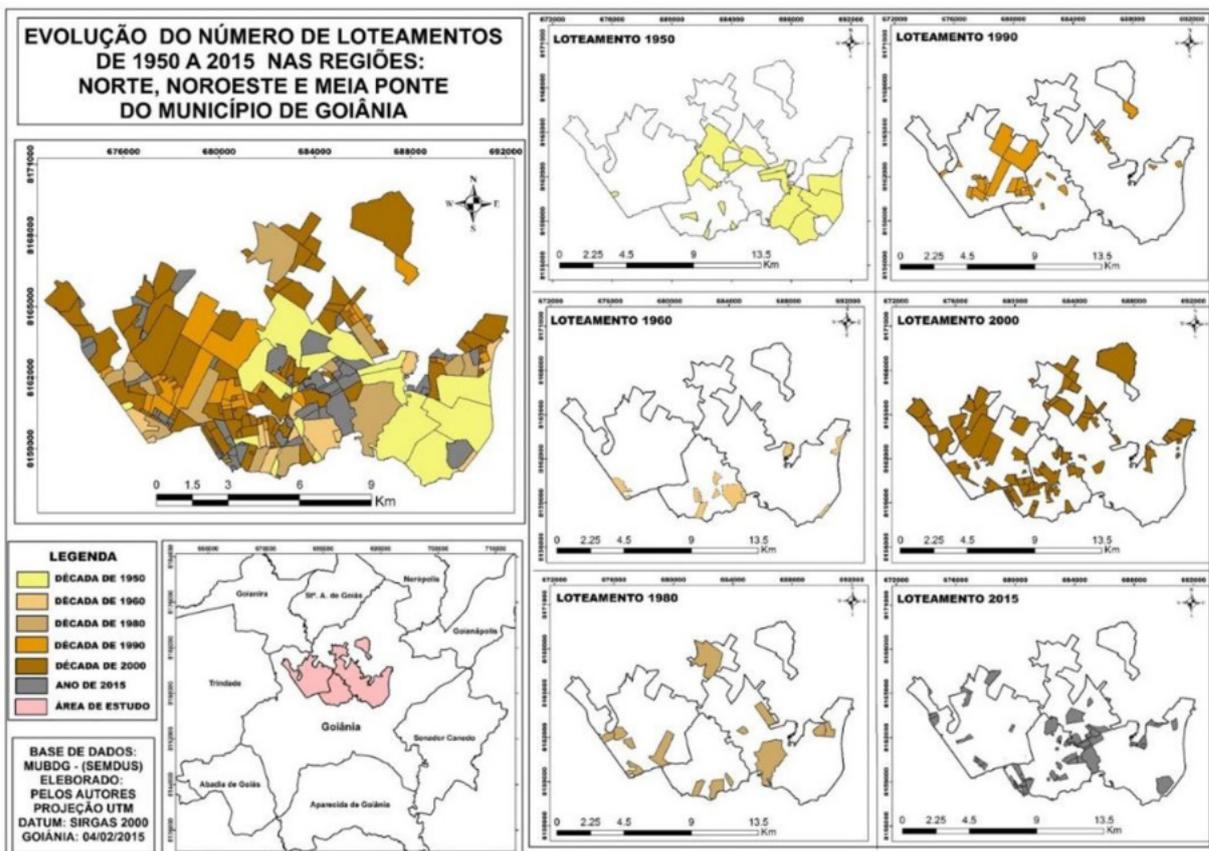


Fig. 22: Mapa a respeito do adensamento espacial da cidade de Goiânia. Fonte: Ateliê Geográfico, 2018.

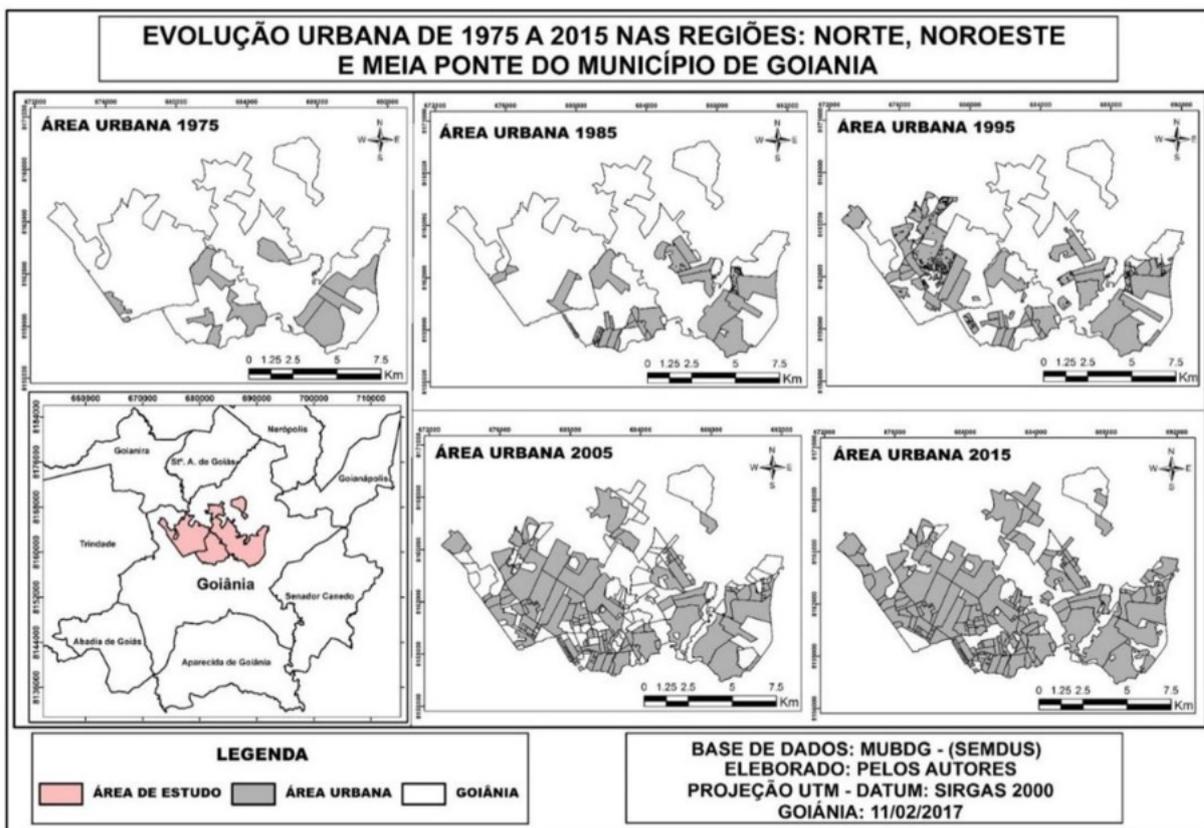


Fig. 23: Mapa representando o processo de expansão urbana de Goiânia na região estudada neste trabalho (Noroeste). Fonte: Ateliê Geográfico, 2018.

XXX

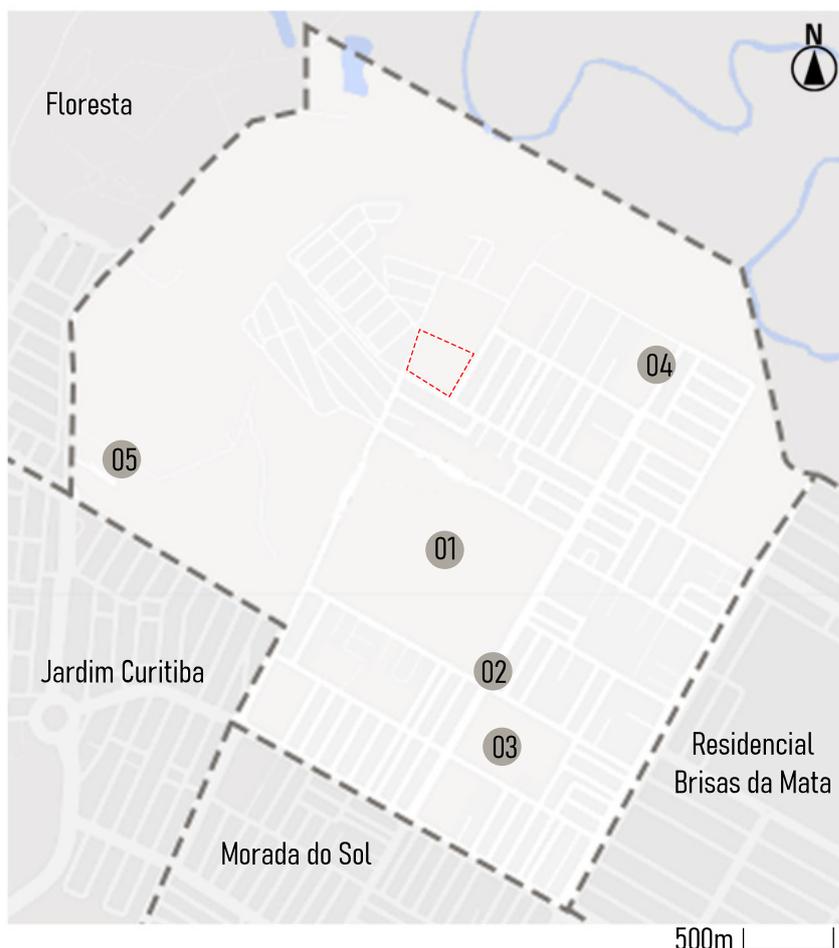
5.2. O Setor Estrela D'Alva

O Setor Estrela D'Alva é um bairro localizado na região noroeste do município de Goiânia e foi um dos setores que surgiram devido ao processo de adensamento populacional da cidade. A aprovação original como loteamento ocorreu no dia 10 de julho de 1979 através de uma ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Entretanto, é possível notar a contínua expansão do bairro através de ocupações irregulares. Segundo Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados pela prefeitura, no Censo de 2010, a população desse bairro totalizava 7 086. Atualmente, é provável que o número tenha dobrado.

O bairro faz fronteira com os bairros Jardim Curitiba, Residencial Brisas da Mata, Floresta e Morada do Sol, sendo sua fronteira ao norte o Rio Meia Ponte, o que pode se tornar um problema ambiental visto a evolução das expansões dessa região.

Os pontos notórios da região são basicamente o Bosque Estrela D'Alva, por ocupar a parte central e se destacar no mapa. Outros pontos relevantes são a Escola Municipal Marcos Antônio Dias Batista, que abrange os ensinos infantil e fundamental.

MAPA DE PONTOS RELEVANTES DO SETOR



Legenda

- 01 - Bosque Estrela D'Alva
- 02 - Escola Municipal Marcos Antônio Dias Batista
- 03 - Núcleo de Assistência Social - Estrela D'alva
- 04 - Conselho Escolar Marcos Antônio Dias Batista
- 05 - 13º Batalhão da Polícia Militar

Através do mapa de hierarquia viária é possível perceber que o setor é bem servido de acessos para seus pontos centrais e moradias, compondo assim uma organização para a região. A Avenida Otávio Lúcio é o principal acesso ao bairro, distribuindo as vias arteriais secundárias de maneira uniforme pelo setor, essas vias trazem de forma eficaz a mobilidade para a região.

Com o desenho das vias, percebe-se que a via arterial primária acaba por conduzir o desenho urbano do setor que ainda está em expansão.

A Rua 24 de Maio, onde se localiza o terreno escolhido para o projeto é uma via arterial secundária, ela permite acesso facilitado pelo Residencial Brisa da Mata e a pela Avenida Otávio Lúcio, sendo ela escolhida como a principal para o estudo projetual trabalhado mais a frente.

MAPA DE HIERARQUIA VIÁRIA



5.2. A Ocupação Estrela D'Alva

A Ocupação Estrela D'Alva teve seu início em maio de 2021, dezenas de famílias afetadas pela crise econômica relacionada ao desemprego se uniram devido a falta de condições de manter um aluguel sem possuir uma renda fixa. Atualmente, a população contabiliza cerca de 800 moradores, entre eles adultos, idosos e crianças.

O desenho da ocupação conta até com nomeação das ruas traças de forma indefinida pelos primeiros a chegarem no local. Apesar de toda a estruturação, por se tratar de uma ocupação irregular, o endereço dessas pessoas não são reconhecidos pela Prefeitura de Goiânia e não consta no sistema de mapeamento. Mesmo assim, tem sido nesse ambiente de condições precárias e de construções improvisadas feita de madeira, lona e restos de demolição que as famílias buscam conquistar seu direito básico à moradia digna.

Devido a ocupação estar inserida em uma área pública que já está destinada de acordo com a Diretoria de Habitação de Goiânia, a construção de habitações voltadas para o social, há o medo constante de despejo mesmo com a finalidade do terreno ser para um futuro projeto voltado para essas pessoas.

Com o auxílio das redes sociais da ocupação, nota-se que o núcleo familiar das famílias do local são compostas basicamente por 3 a 4 pessoas geralmente mães solteiras com dois ou três filhos, que sem perspectiva financeira estabeleceram em barracos na área pública do setor, se alojando com os poucos móveis que possuem em barracos. O motivo comum entre eles pela junção a ocupação é a falta de alternativa pública. há relatos de pessoas que buscaram auxílio na Prefeitura mas não obtiveram respostas. Algumas famílias sobrevivem com o bolsa família mas a principal fonte de sustenção da ocupação são doações e ações realizadas por organizações como a campanha "O Amor Alimenta" realizada em agosto de 2021 para arrecadação de cestas básicas para os moradores do local.

Apesar das incertezas sobre o futuro da ocupação, os ocupantes realizam ações coletivas para transformar o lugar e adaptar ao cotidiano. Os moradores do loteamento construíram um espaço na área próxima a mata existente destinado a uma horta comunitária para a ocupação. Essa horta seria uma das fontes de alimento para as pessoas que ali se encontram. Com fogões e pias improvisados, as pessoas improvisam espaços para tentar amenizar a realidade do dia a dia. Atualmente, a ocupação está em uma campanha de arrecadação de materiais para a finalização da construção da cozinha comunitária do local. Aos poucos, é possível ver que as famílias da ocupação Estrela D'Alva estão se estabelecendo na região.



Fig. 24: Barracos improvisados pelas famílias da Ocupação Estrela D'Alva. Fonte: Instagram da Ocupação Estrela D'Alva, 2021.



Fig. 25 Horta comunitária. Fonte: Instagram da Ocupação Estrela D'Alva, 2021.



Fig. 26: Moradora com pia improvisada. Fonte: Instagram da Ocupação Estrela D'Alva, 2021.



Fig. 27: Moradora com pia improvisada. Fonte: Instagram da Ocupação Estrela D'Alva, 2021.



Fig. 28: Crianças da ocupação. Fonte: Instagram da Ocupação Estrela D'Alva, 2021.

5.2. O Terreno - Entorno Imediato

Observando o mapa de usos do entorno, nota-se que a região é predominantemente residencial. O setor também possui uso comercial e institucional, em sua maioria, são centros religiosos. É notável as áreas vazias do setor, variando entre áreas com mata e áreas para pasto. Também é possível perceber a quantidade de lotes vazios na área.

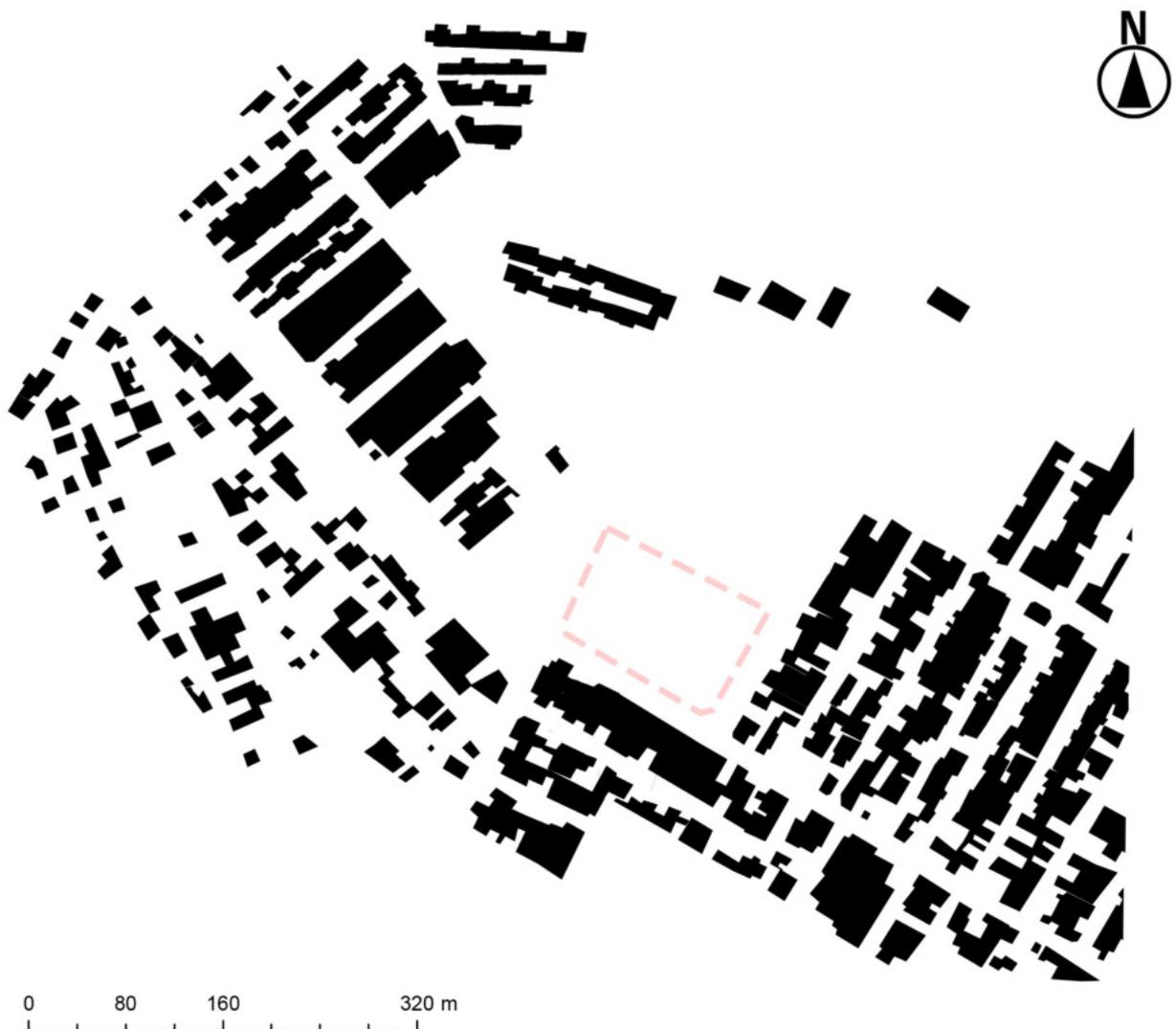
MAPA DE USOS



5.3. O Terreno - Entorno Imediato

Analisando o entorno imediato do projeto, é possível notar a densidade que vem se formando nessa região. Com construções predominantemente residenciais, constatasse que os cheios urbanos são dominados por casas “comuns” de um ou dois pavimentos. As regiões menos adensadas são as mais afastadas do perímetro urbano já existente.

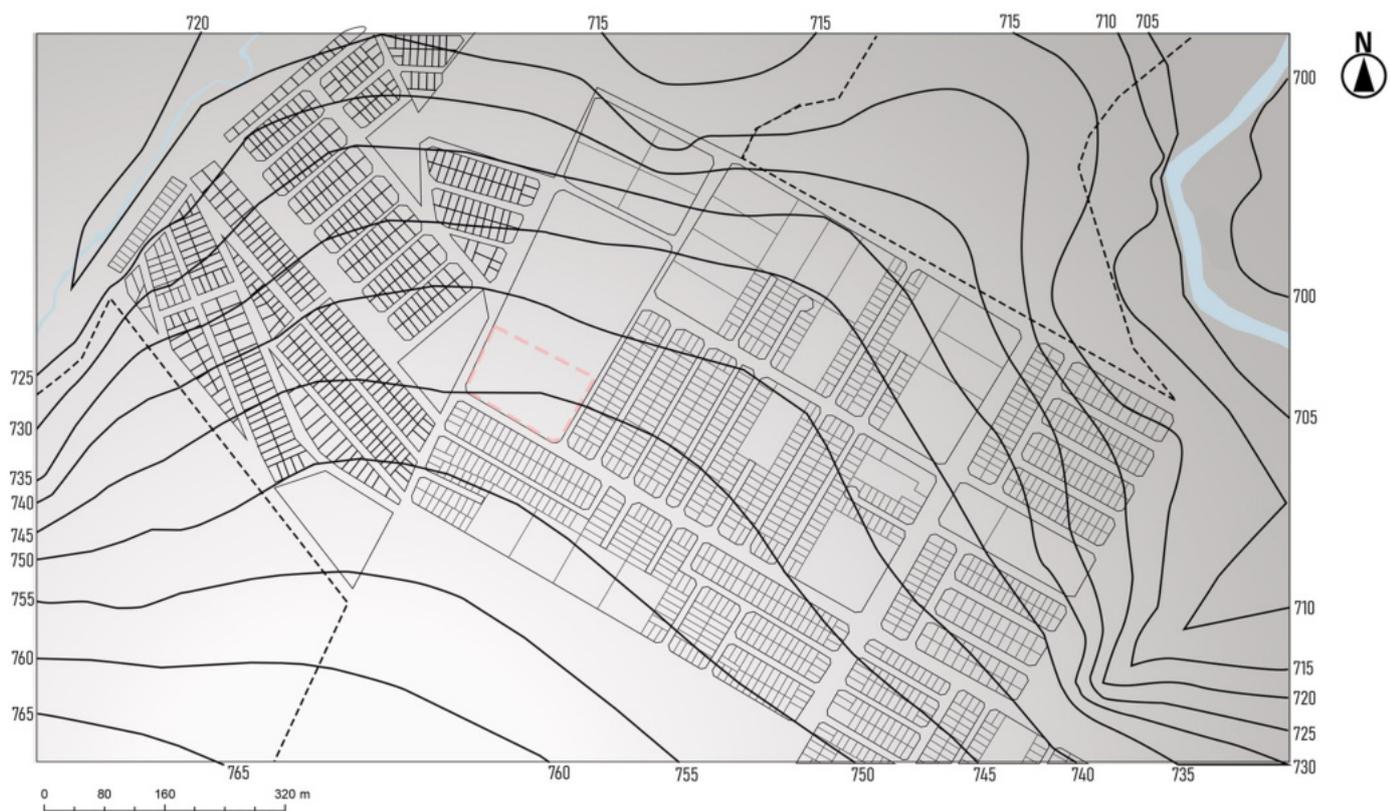
MAPA DE CHEIOS E VAZIOS



5.3. O Terreno - Entorno Imediato

O mapa de topografia demonstra que a proximidade com o Rio Meia Ponte torna essa região acidentada a medida que se aproxima da região hidrográfica. O relevo é mais alto a oeste e de acordo com as curvas de 5 em 5 metros, é possível observar a declividade para a região leste. O terreno está situado entre as curvas 750, 745, 735, constatando-se então o declive de aproximadamente 10 metros.

MAPA DE TOPOGRAFIA



5.3. O Terreno - Entorno Imediato

O projeto está localizado onde hoje as famílias da Ocupação Estrela D'Alva estão inseridas. Para utilização do terreno será necessário o realocamento dessas famílias para enfim, destiná-las a um projeto digno e que seja delas.

O terreno se localiza entre as ruas 8 de outubro, 12 de janeiro, 24 de maio e 28 de setembro.

Além disso, o terreno possui uma mata nativa da qual os ocupantes da área fazem questão de preservar e reflorestar como podem.

Pelo espaço já estar destinado a um projeto público não haverá obstáculos em relação ao uso desse solo para a construção do projeto de habitação social destinado a essas famílias. O enorme potencial de uso é visível.



Fig. 29: Vista aérea do terreno de intervenção. Fonte: Google Earth, 2021.

6. DIRETRIZES PROJETUAIS

Para definir as diretrizes do projeto foi necessário pensar no contexto ao qual as famílias já estão inseridas e como transformar em um espaço acolhedor. Para isso, considera-se aspectos como a permeabilidade do projeto, os pontos de encontro e conexões formadas, o conforto e o desenho arquitetônico.

No cotidiano das famílias, elas buscam apenas por uma casa com usos básicos, sala, cozinha, quartos, banheiros. Além disso, é possível perceber a afinidade da população ali residente com a horta comunitária e a cozinha comunitária.

Em relação aos acessos ao projeto, o terreno possui fácil acesso do transporte público e motorizado devido a localização em uma via arterial secundária.

O maior desafio do terreno é sua declividade, devido aos aproximadamente 10 metros de desnível será necessário alocar patos e dar maior atenção a caminhabilidade do projeto.

É possível então definir que:

Fragilidades

- A declividade apresentada pelo terreno;
- Ausência de habitação de qualidade e digna;
- Ausência de uma estrutura voltada ao lazer e costumes da população.
- Insalubridades.

Potencialidades

- Há bastante área disponível para o projeto;
- Fácil acesso de meios de transporte tanto público quanto particular;
- As famílias já possuem uma correlação e apresentam costumes que as interligam (horta, cozinha, a luta em si).

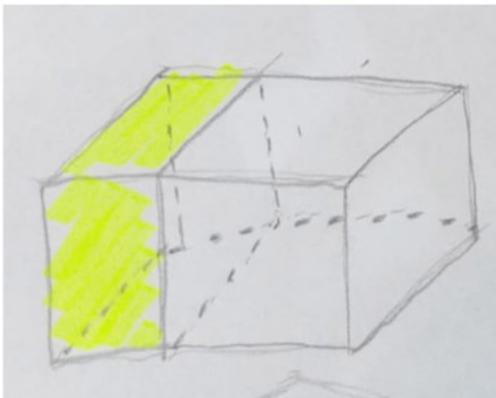
Diretrizes

- Projetar moradias dignas e que preservem a mata local;
- Melhoria da condição de vida;
- Estabelecer espaços de lazer e convivência;
- Preservar os costumes das famílias.

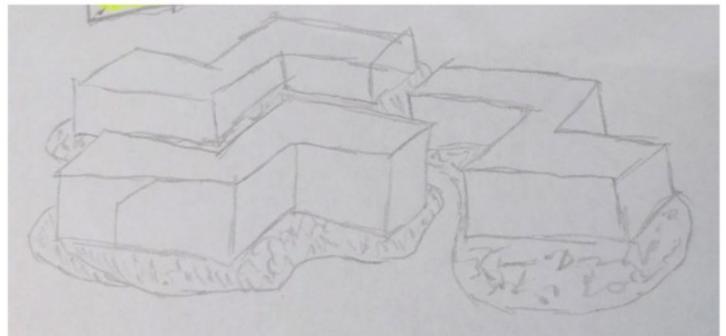
7. PROPOSTA PROJETUAL

7.1 Memorial Justificativo

O projeto será projetado como forma de atender parte da demanda habitacional da cidade de Goiânia. Com a crise financeira ocasionada pela Covid-19 e a má gestão pública para lidar com a pandemia, o aumento de pessoas sem condições de manter um aluguel foi notado de forma estarrecedora. Essas pessoas como única opção se estabeleceram em ocupações irregulares. O projeto funciona como um espaço onde essas pessoas poderão viver sem o medo de serem despejadas a qualquer momento ou então de ter seus poucos bens levados por questões ambientais. A proposta oferecerá ainda espaços para manter a cultura local de plantio de hortas comunitárias.



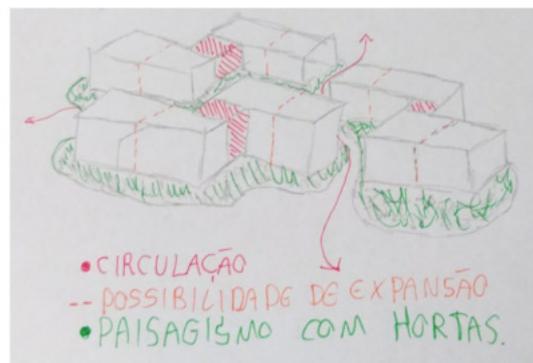
A forma pensada foi uma que pudesse se adaptar ao terreno e manter de maneira simples e que fosse possível expandir facilmente.



Ao estabelecer “encaixes” para as formas notou-se que os “corredores” internos poderiam funcionar como pátios de encontro. Além disso, seria proposto que os encontros funcionassem como espaços para hortas e plantações



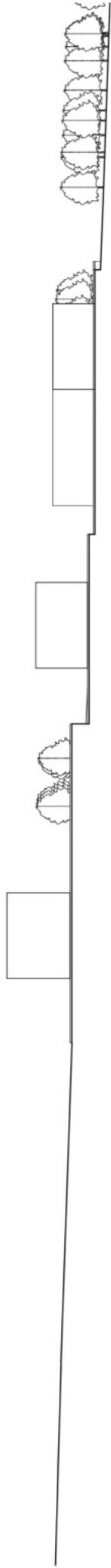
O acesso principal pela Rua 24 de maio seria o corredor de entrada, estabelecendo assim uma área privativa a partir do interior do projeto.



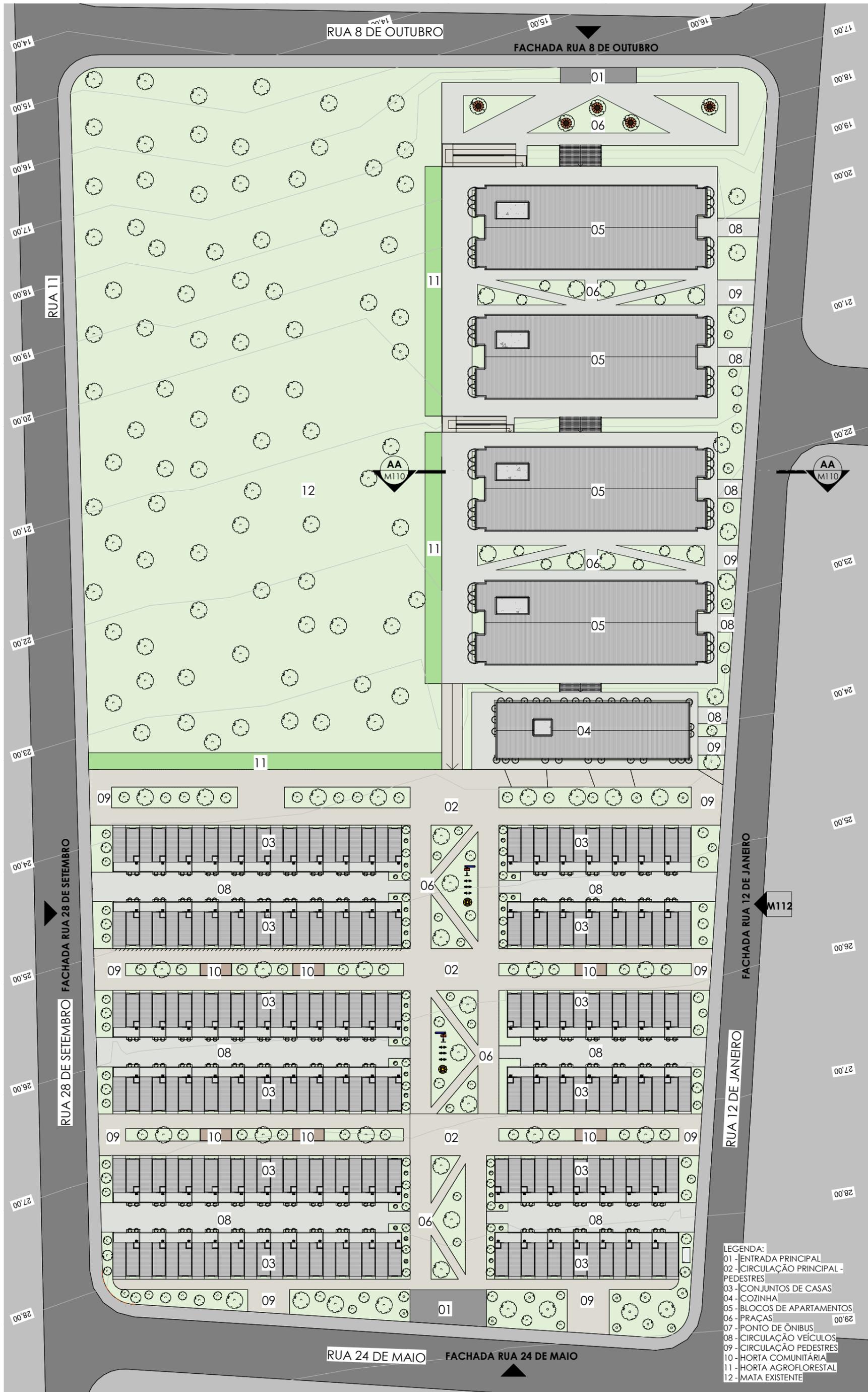
A circulação interna se daria por meio dos corredores formados entre as habitações. Já a circulação vertical nos encontros dos “Z’s” resultantes da forma proposta. O paisagismo seria composto com hortas e plantas livres de definição dos moradores.



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESCALA: 1:2000



CORTE AA
ESCALA: 1:1000



- LEGENDA:
- 01 - ENTRADA PRINCIPAL
 - 02 - CIRCULAÇÃO PRINCIPAL - PEDESTRES
 - 03 - CONJUNTOS DE CASAS
 - 04 - COZINHA
 - 05 - BLOCOS DE APARTAMENTOS
 - 06 - PRAÇAS
 - 07 - PONTO DE ÔNIBUS
 - 08 - CIRCULAÇÃO VEÍCULOS
 - 09 - CIRCULAÇÃO PEDESTRES
 - 10 - HORTA COMUNITÁRIA
 - 11 - HORTA AGROFLORESTAL
 - 12 - MATA EXISTENTE

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
 ESC: 1 : 850



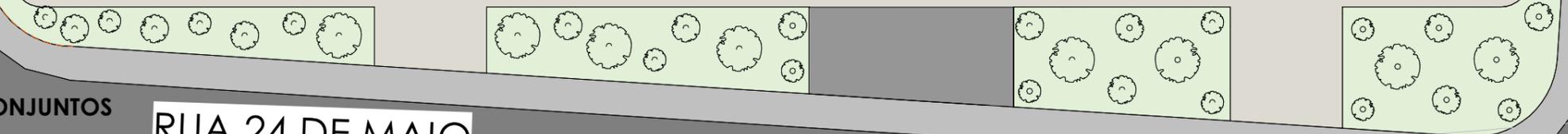
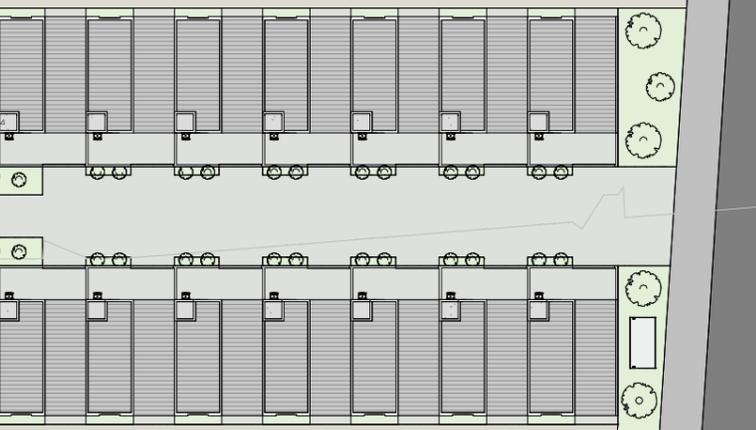
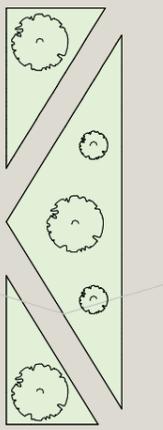
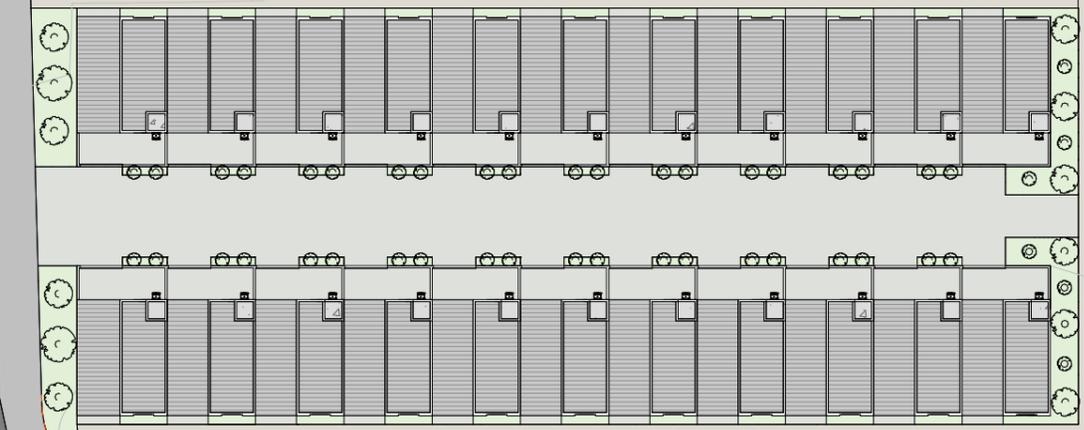
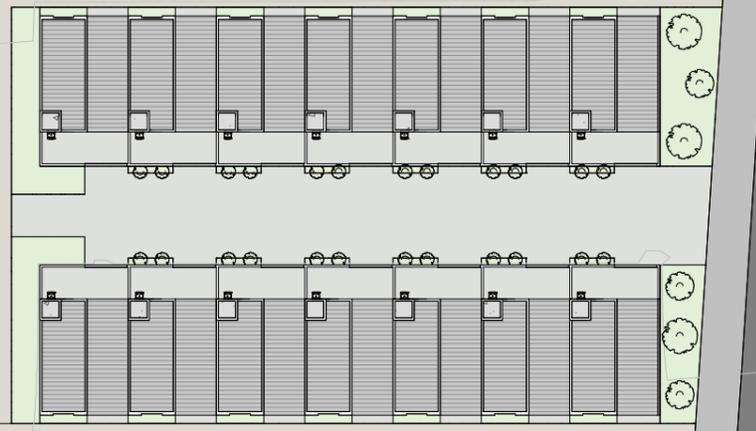
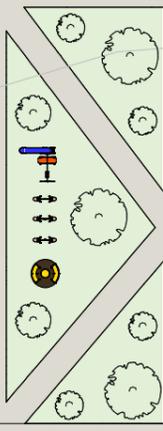
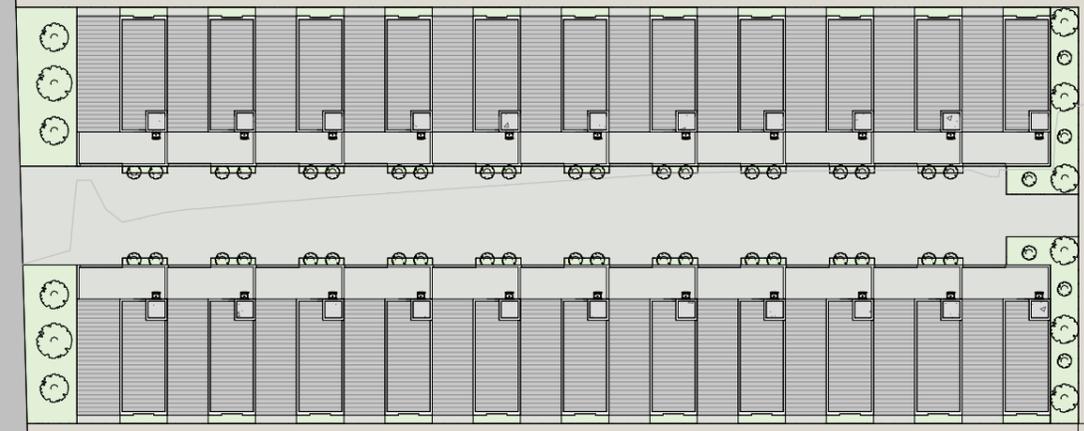
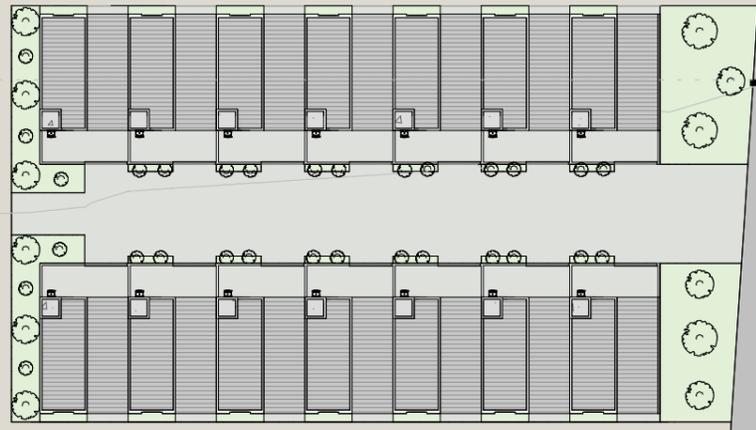
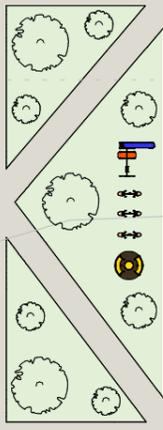
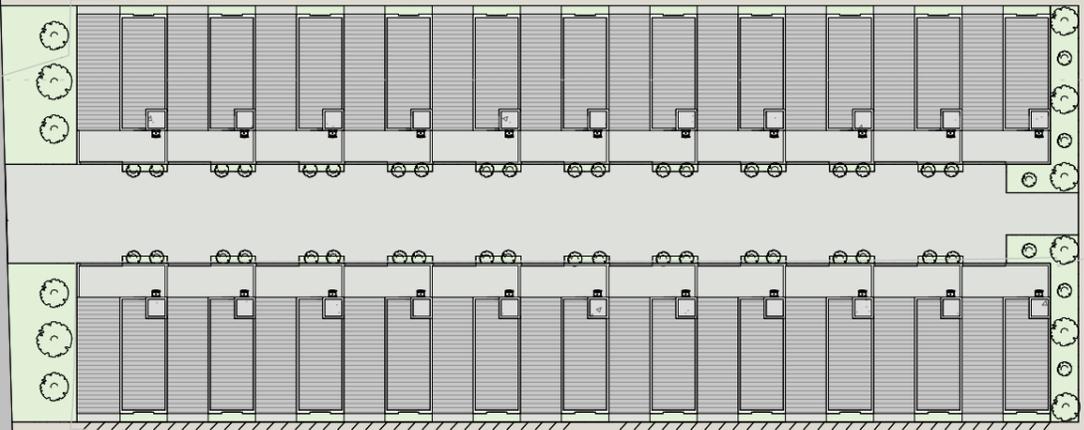
ACESSO PEDESTRE

DD
M111



ACESSO PEDESTRE

RUA 12 DE JANEIRO

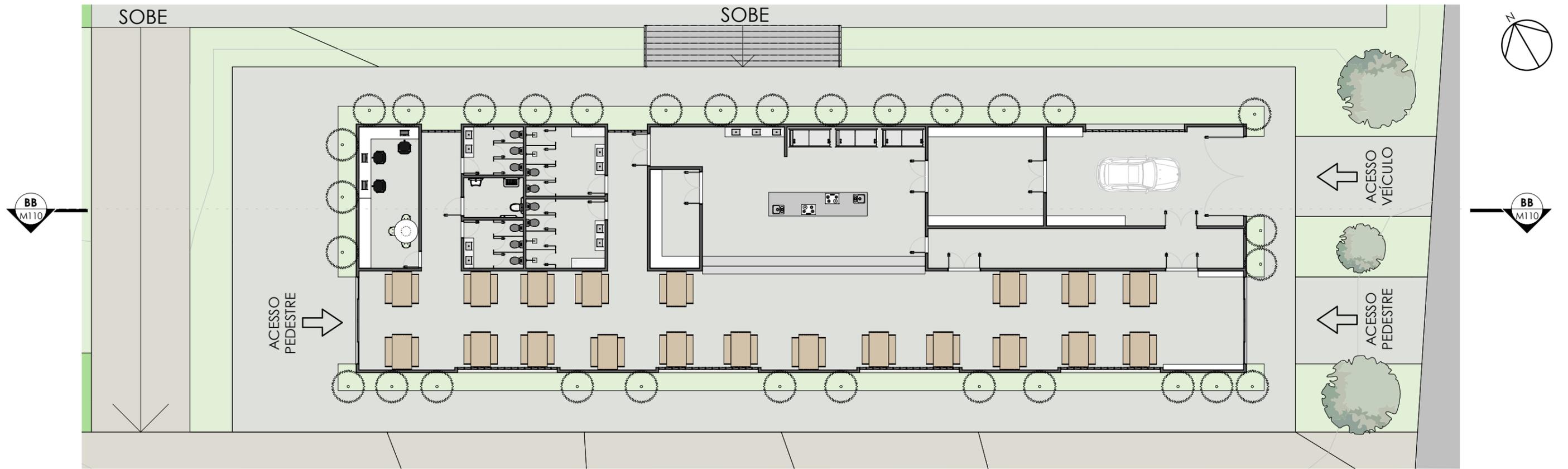


DD
M111

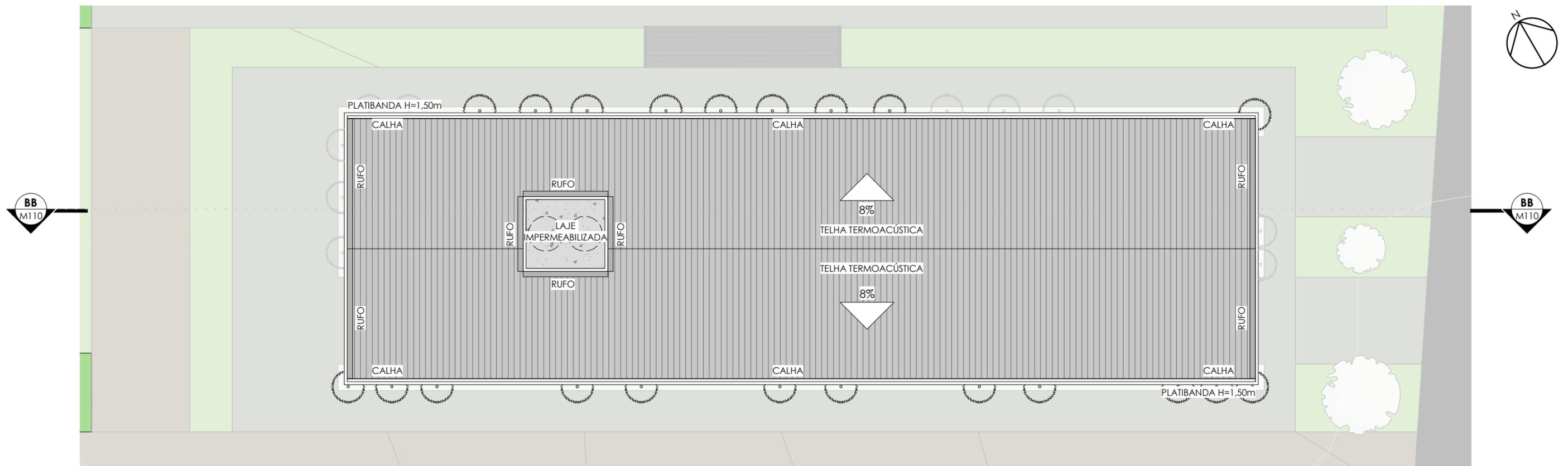
RUA 28 DE SETEMBRO

PLANTA AMPLIADA - CONJUNTOS
ESC: 1 : 500

RUA 24 DE MAIO



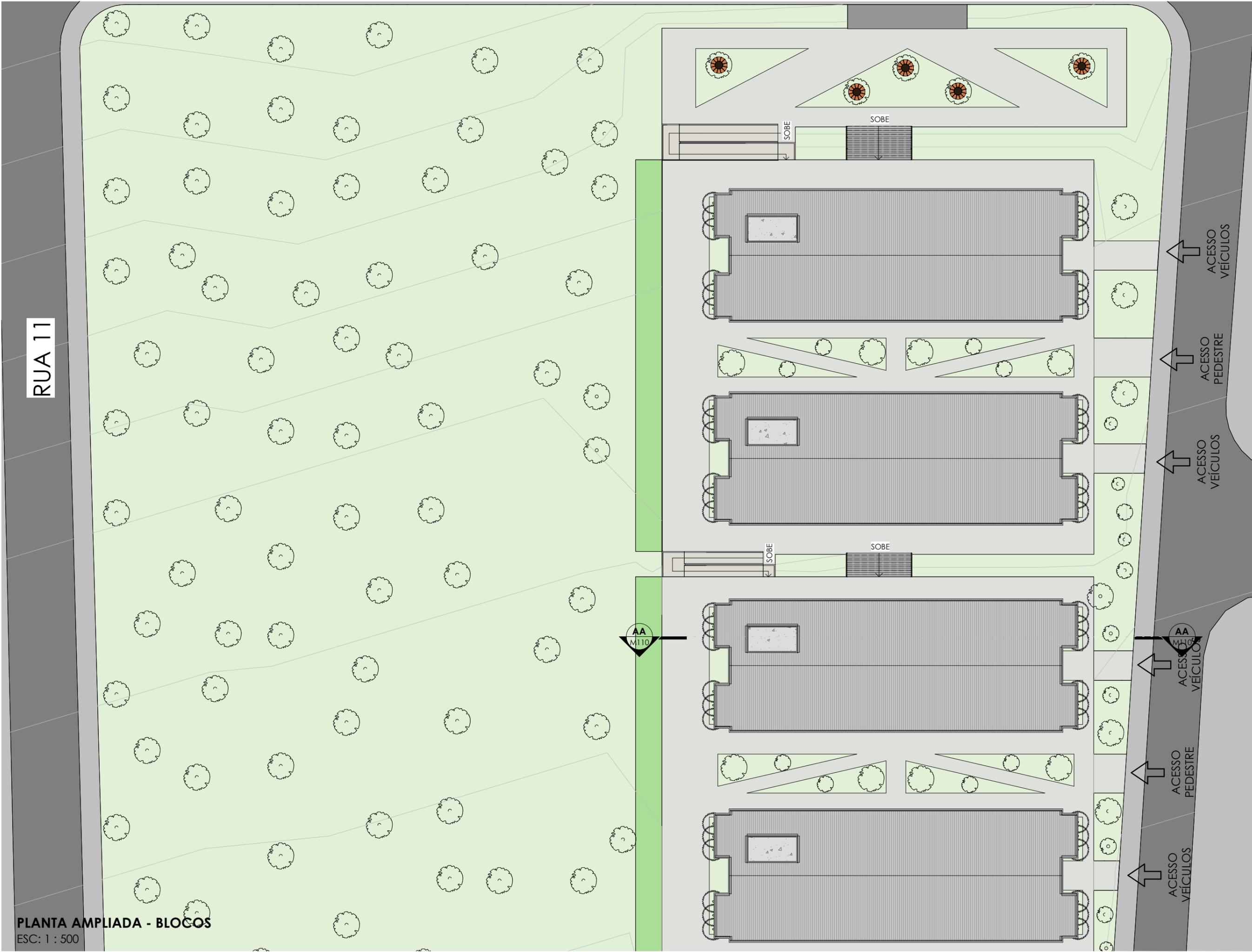
PLANTA BAIXA COZINHA
 ESC: 1 : 200



PLANTA DE COBERTURA COZINHA
 ESC: 1 : 200

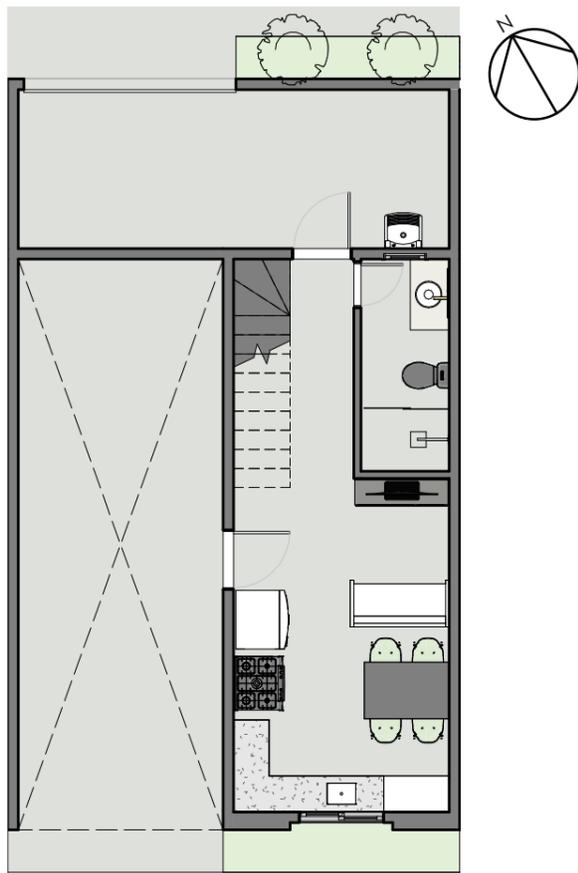
RUA 11

PLANTA AMPLIADA - BLOCOS
ESC: 1 : 500

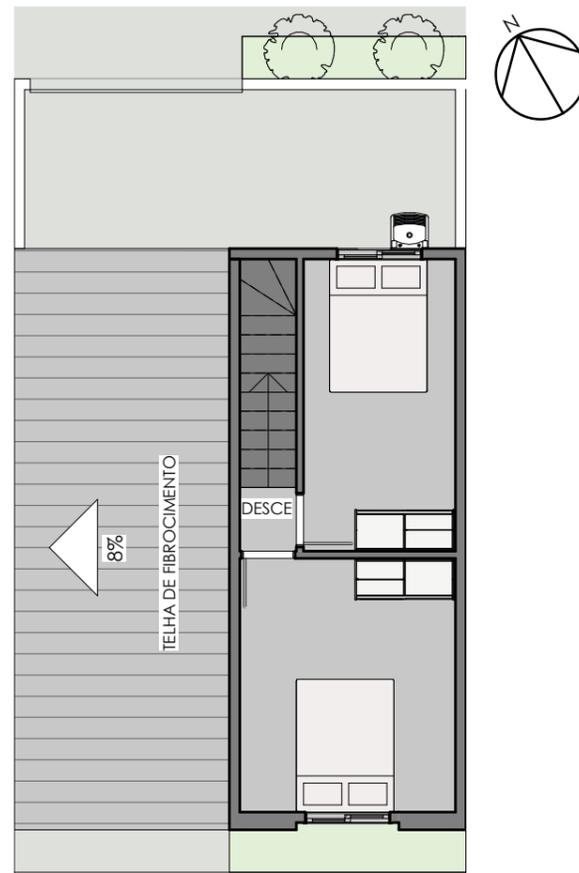




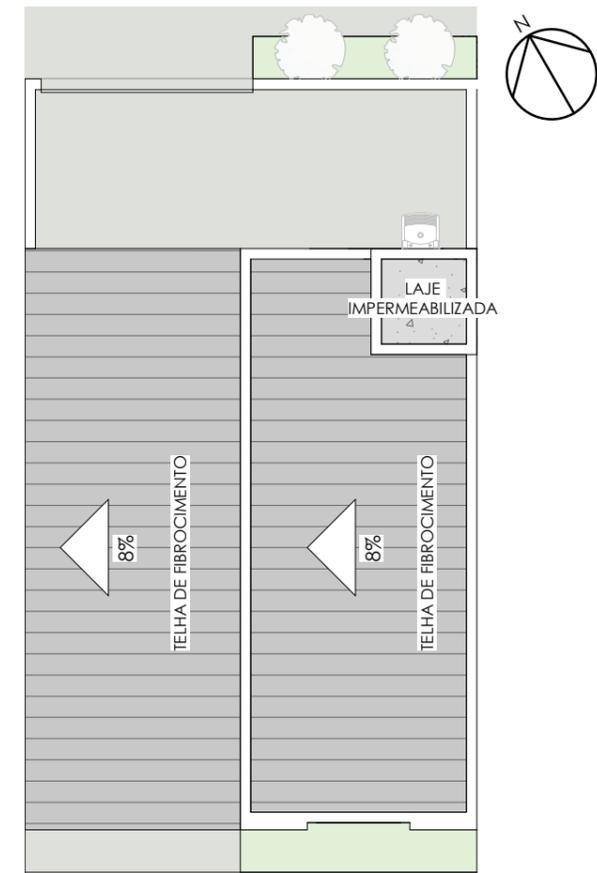
PLANTA BAIXA - CONJUNTO DE CASAS
ESC: 1 : 200



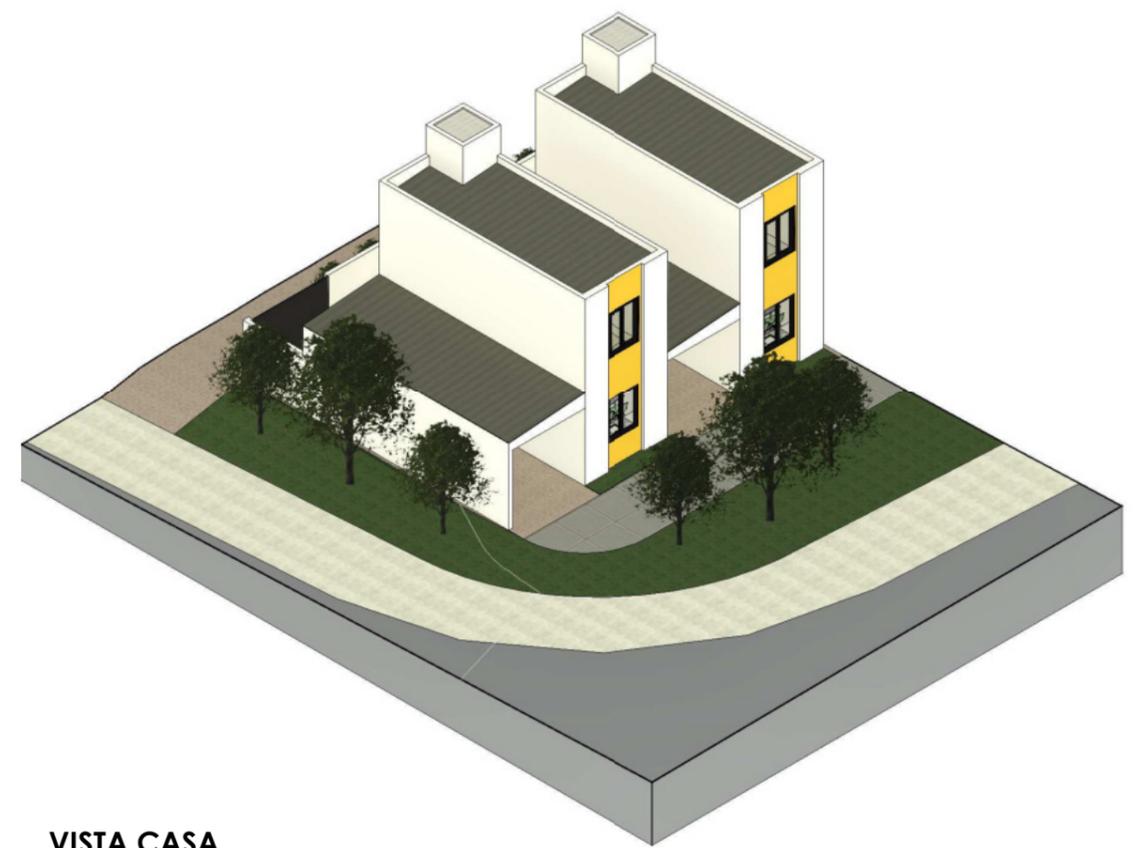
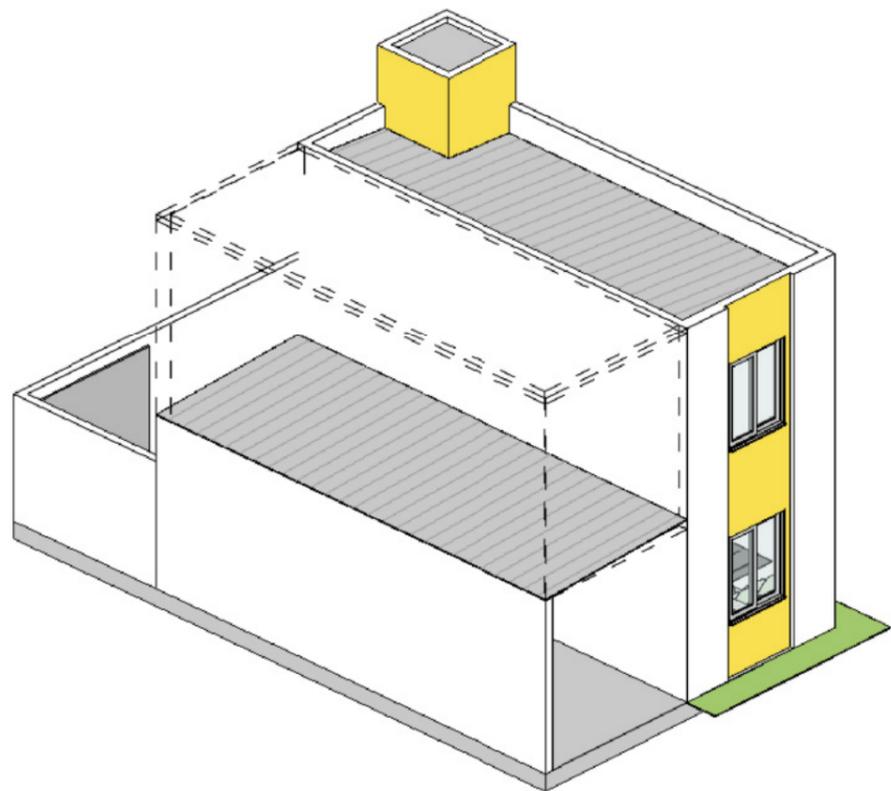
TÉRREO
ESC: 1 : 100



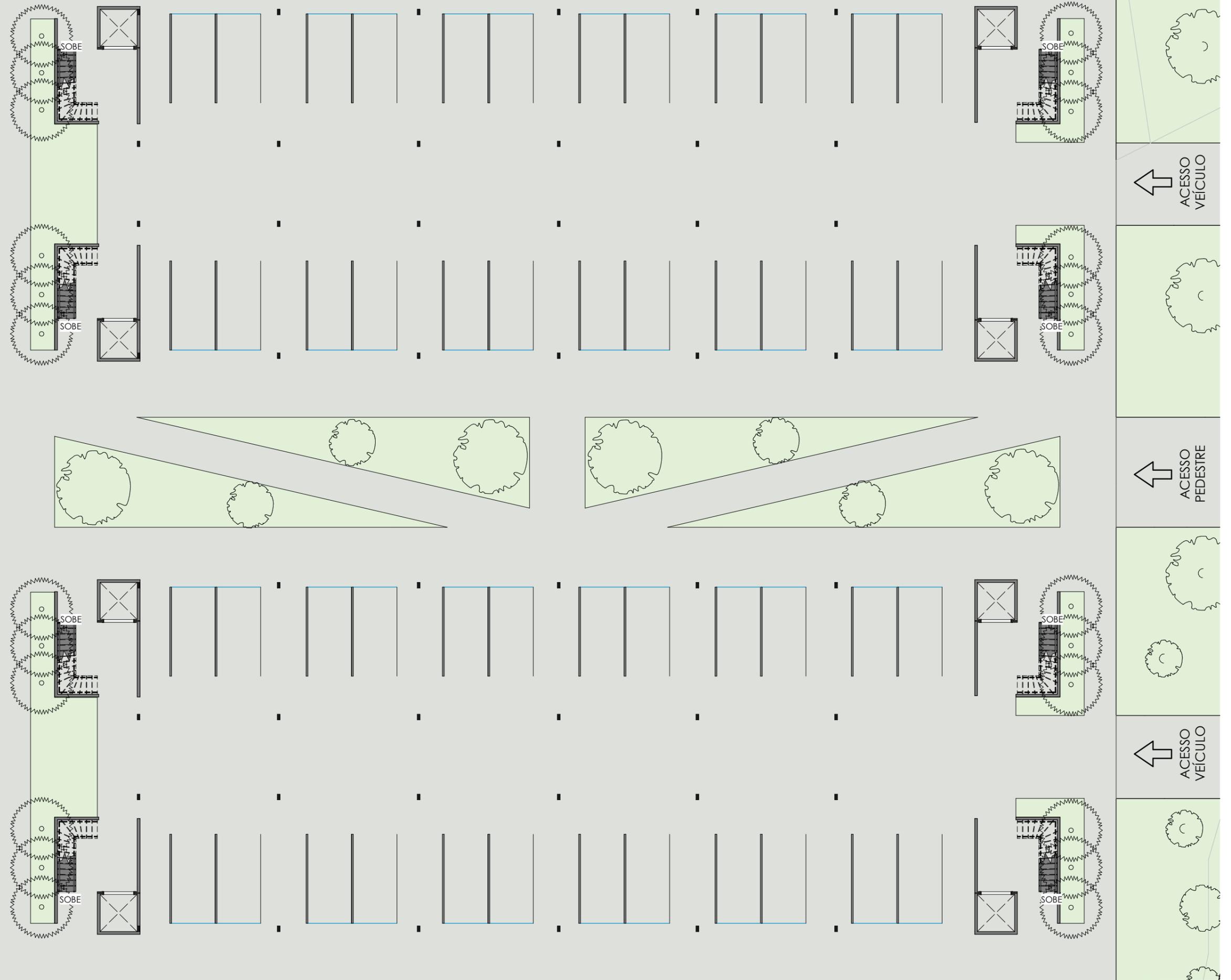
SEGUNDO PAVIMENTO
ESC: 1 : 100



COBERTURA
ESC: 1 : 100

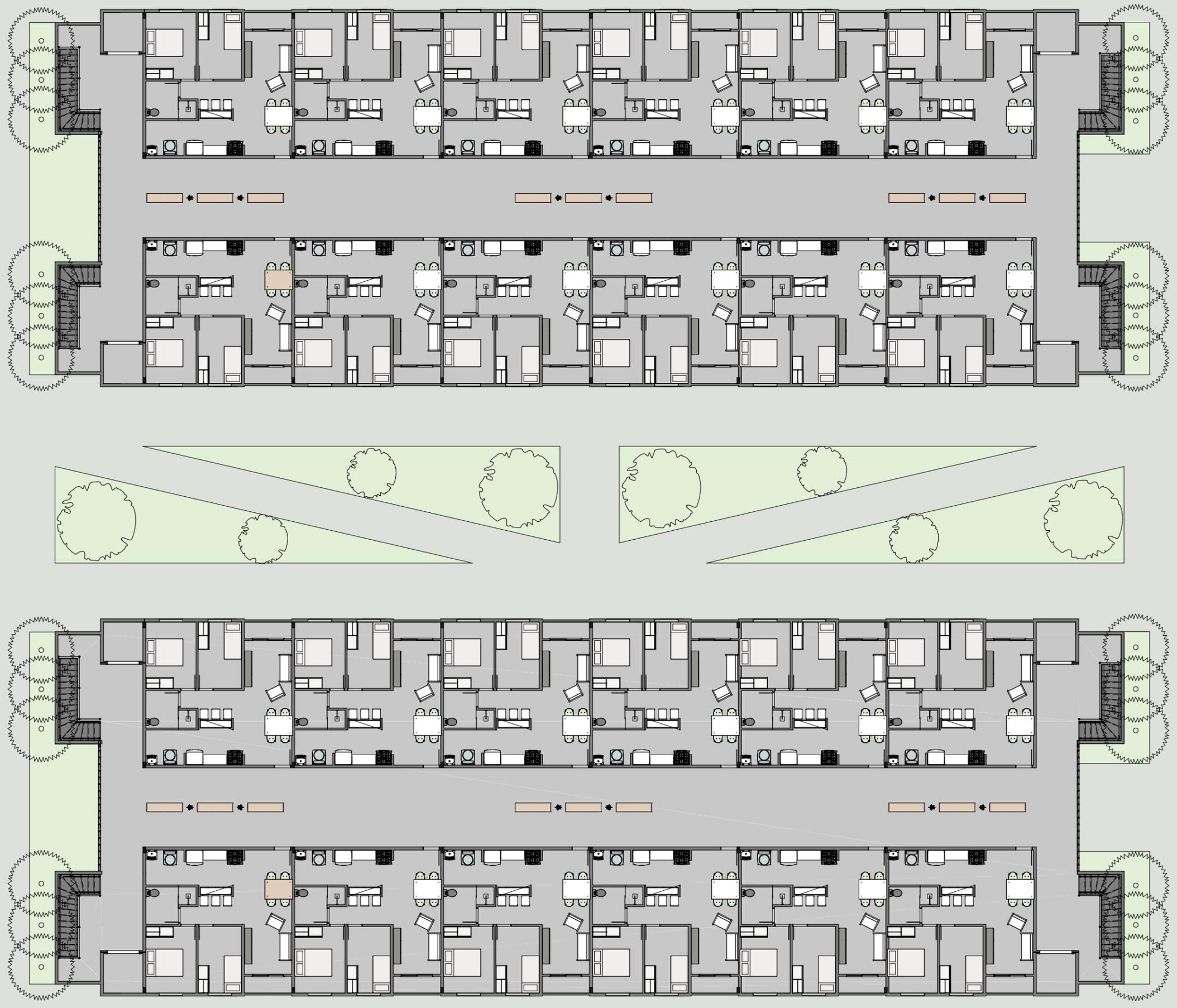


VISTA CASA

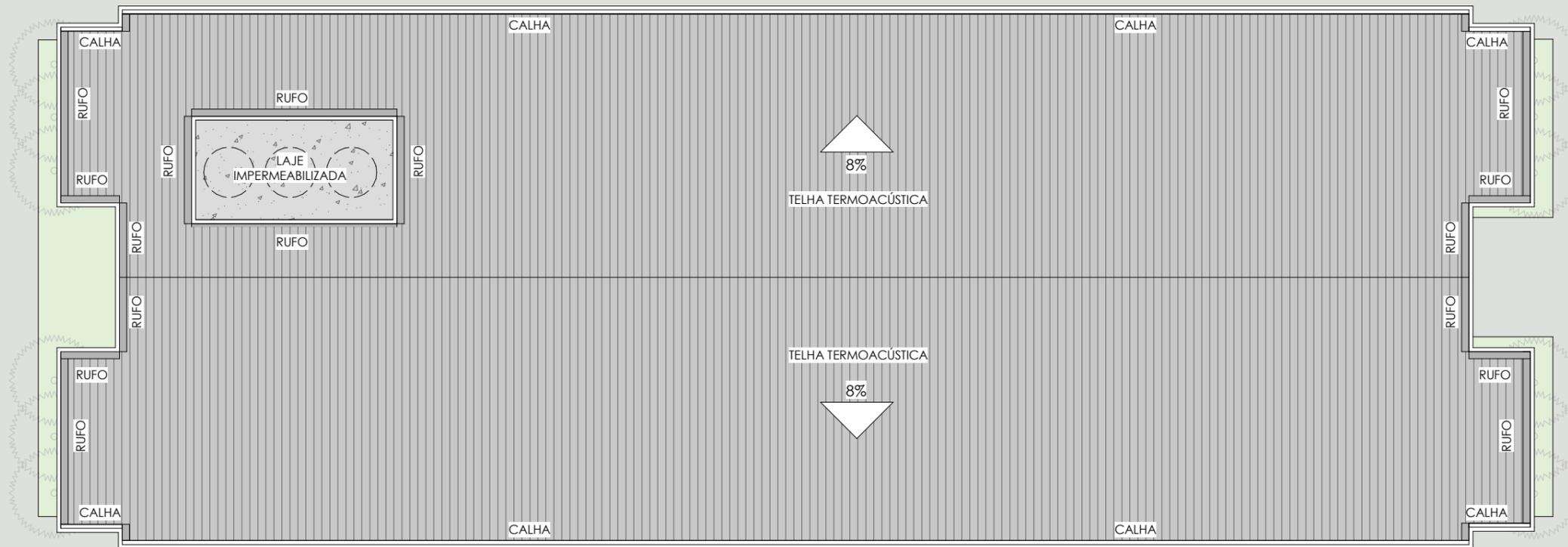
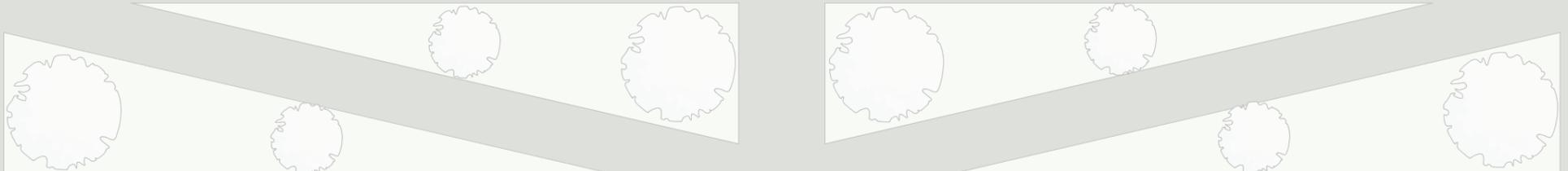
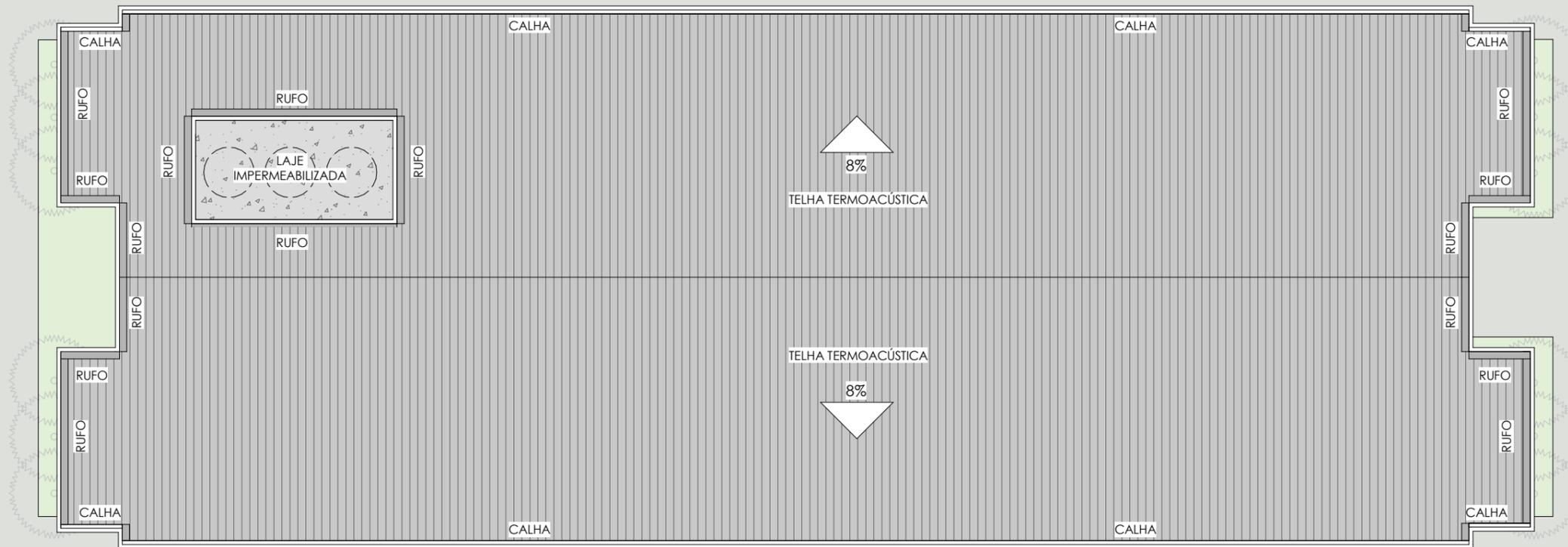


TÉRREO - CONJUNTO

ESC: 1 : 200

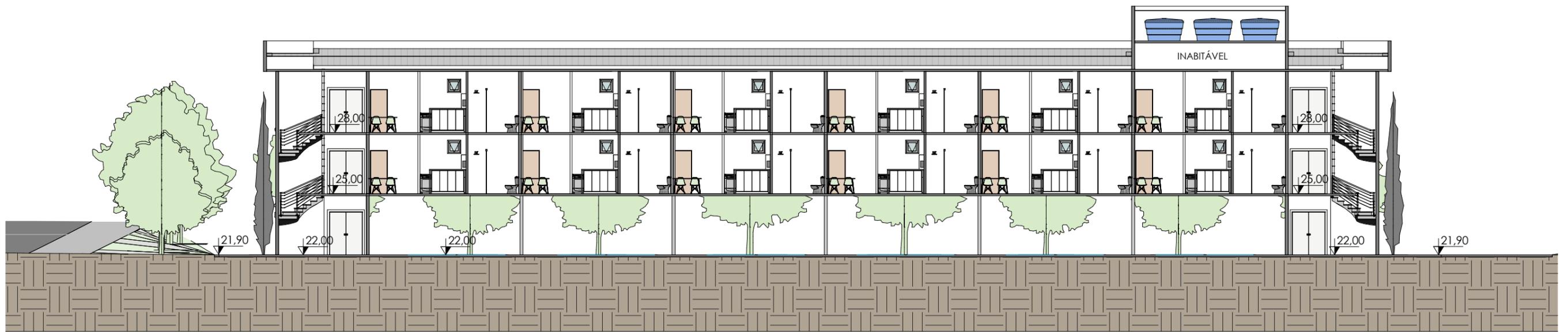


SEGUNDO PAVIMENTO - CONJUNTO
ESC: 1 : 200

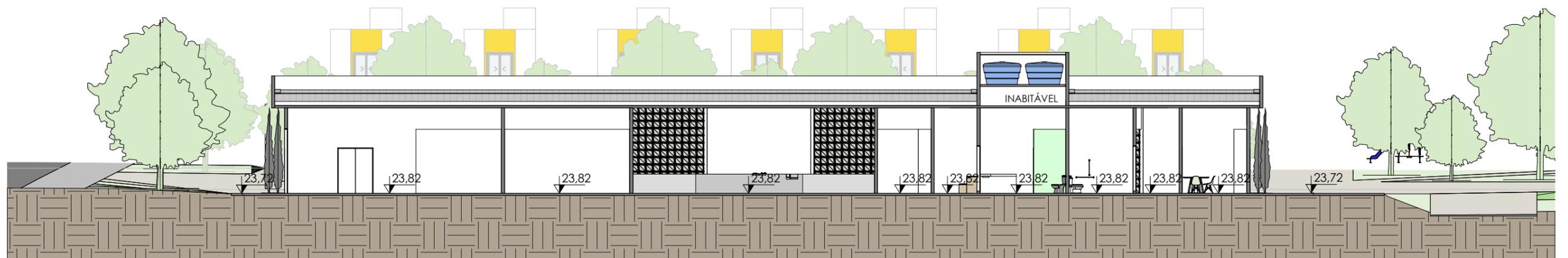


COBERTURA - CONJUNTO

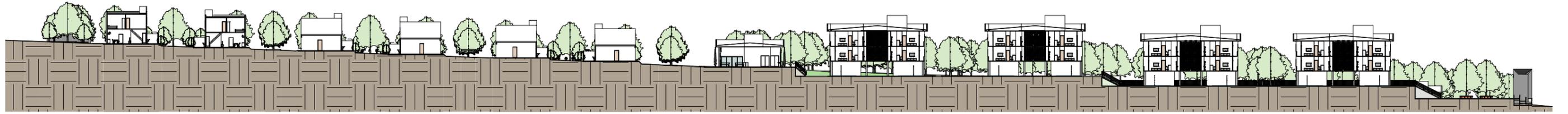
ESC: 1 : 200



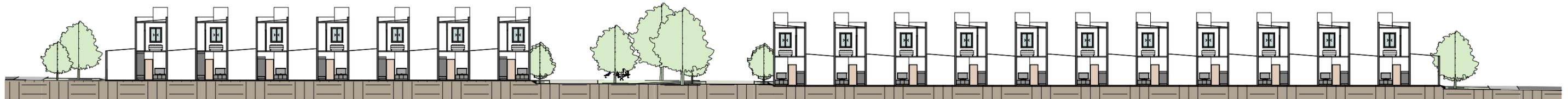
CORTE AA
ESC: 1 : 200



CORTE BB
ESC: 1 : 200



CORTE CC
ESC:1 : 800

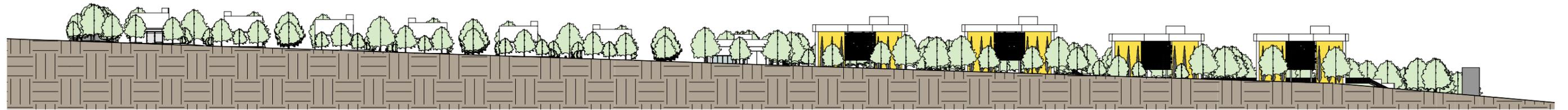


CORTE DD
ESC:1 : 400



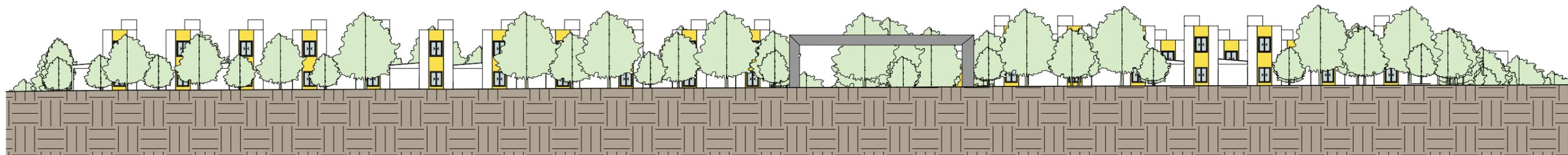
FACHADA RUA 8 DE OUTUBRO

ESC: 1 : 500



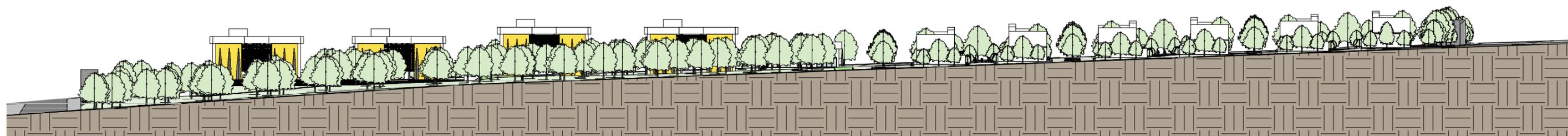
FACHADA RUA 12 DE JANEIRO

ESC: 1 : 850



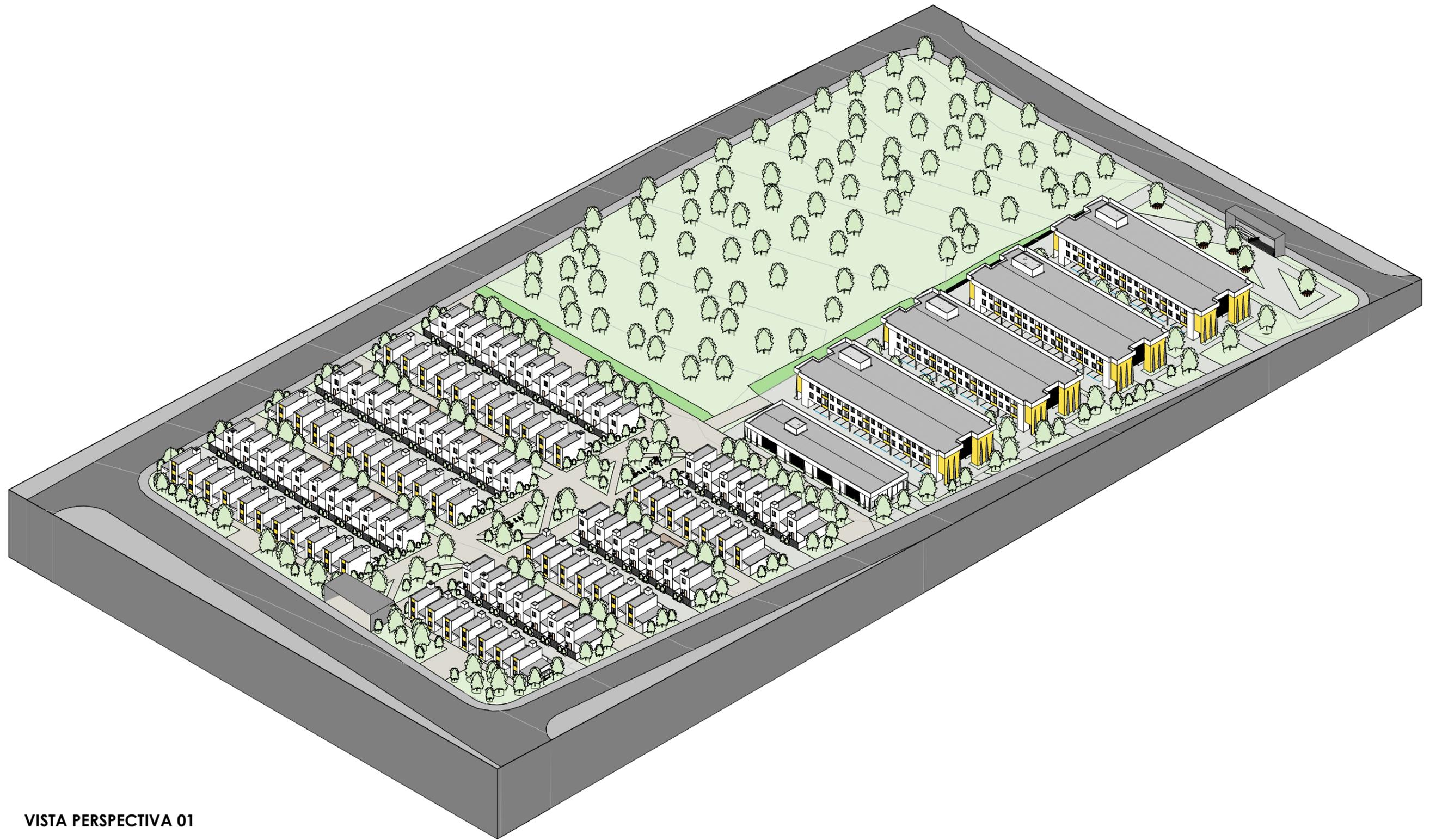
FACHADA RUA 24 DE MAIO

ESC:1 : 400

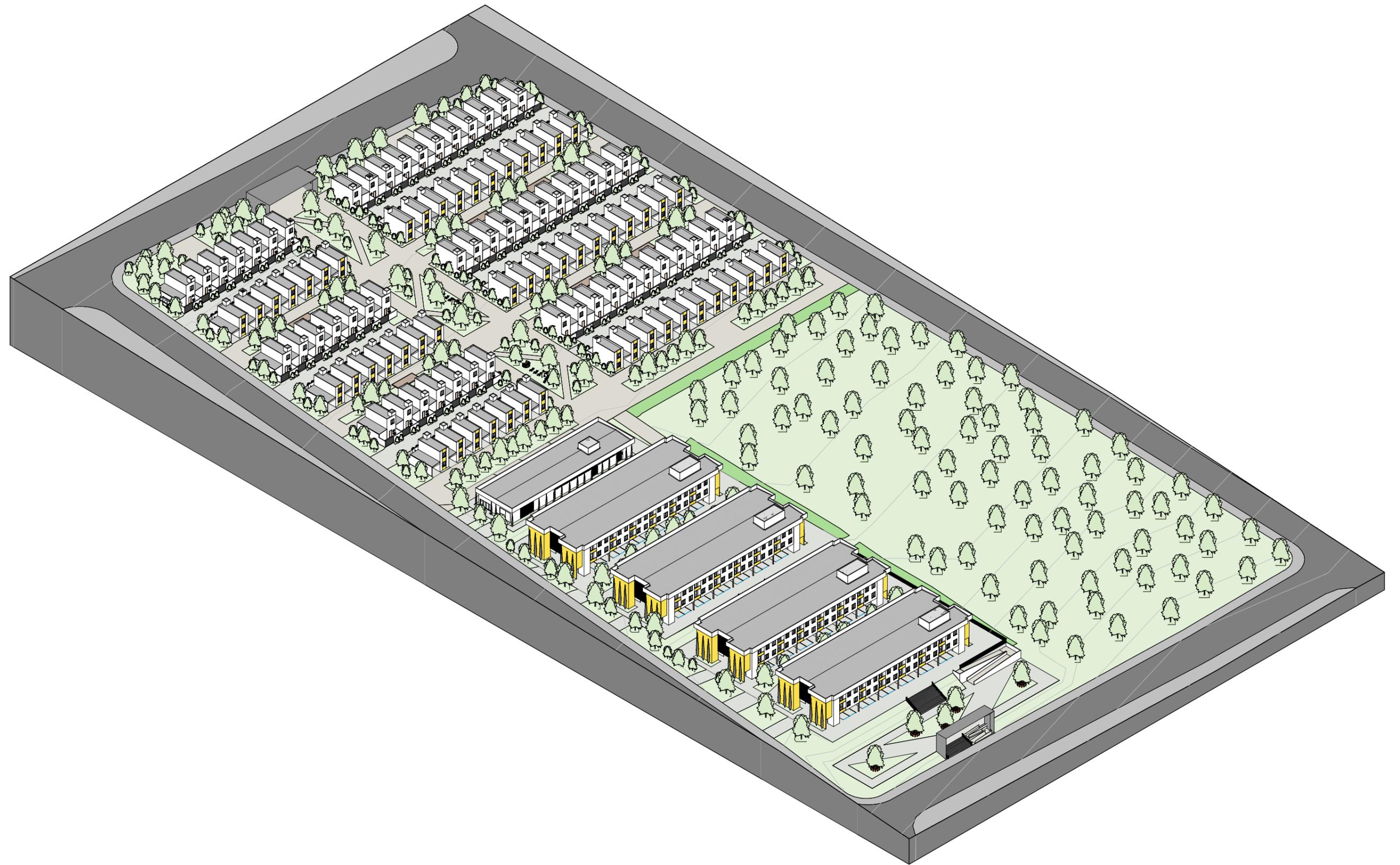


FACHADA RUA 28 DE SETEMBRO

ESC:1 : 850



VISTA PERSPECTIVA 01



VISTA PERSPECTIVA

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

LUCAS, Edinardo Rodrigues. **Cidades na cidade: habitação social e produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia. Universidade Federal de Goiás, 2016.

LUCAS, Edinardo Rodrigues. **Habitação de interesse social: do conformismo à elevação cultural**. Anápolis, 2012.

SCHEID, Cintia Maria. **O direito à moradia e à regularização fundiária nos assentamentos urbanos informais**, São Paulo, 2005.

RAMOS, Helci Ferreira; NUNES, Fabrizia Gioppo. **Expansão urbana e a questão fundiária: um reflexo da segregação territorial nas regiões Norte, Noroeste e Meia Ponte de Goiânia - Go**. Goiânia, Ateliê Geográfico, 2018. p. 94 - 116.

REVIEW, The Architectural. **Housing for a favela: Parque Santo Amaro V**. Youtube, 5 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/thearchitecturalreview>>. Acesso em 01 mar. 2022.

AGUIAR, Júlia. **Ocupação Estrela Dalva**. Youtube, 2 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/jornalmetamorfose>>. Acesso em 10 jan. 2022.

ROSA, Marcos L. **Microplanejamento: práticas urbanas criativas**. São Paulo: Editora Cultura, 2011.

SILVA, Luciano Abbamonte da; ALVIM, Angélica Tanus Benatti. **O lugar das águas em áreas urbanas periféricas: O caso do Parque Novo Santo Amaro V**. Seminário Internacional de Forma Urbana - XXIV ISUF Conference, Valencia, 2017.

REVISTA PROJETO. **Vigliecca & Associados: Parque Novo Santo Amaro V.** São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://revistaprojeto.com.br/>>. Acesso em: 02, fev, 2021

CHORNOBAI, Sara Regiane. **Habitação Flexível: Estratégia de sustentabilidade.** Curitiba. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2017.

